

INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

Escola Superior de Altos Estudos

INTERVENÇÃO SOCIAL COM CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

Estudo de caracterização do acolhimento
de crianças e jovens no distrito de Santarém



MARTA DE JESUS JOANINHO

Relatório de Mestrado em Serviço Social

COIMBRA, 2010

**INTERVENÇÃO SOCIAL
COM CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO**

Estudo de caracterização do acolhimento
de crianças e jovens no distrito de Santarém

MARTA DE JESUS JOANINHO

Relatório apresentado ao ISMT para Obtenção do Grau de
Mestre em Serviço Social

Coimbra, Julho 2010

DEDICATÓRIA

Aos profissionais verdadeiramente empenhados
na protecção de crianças e jovens em perigo
e na promoção dos direitos das crianças.



Vou dizer-te o meu segredo. É muito simples: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos.

Antoine de Saint-Exupéry

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste relatório contou com a valiosa colaboração, apoio e estímulo de familiares, colegas de trabalho e instituições que permitiram a efectivação desta reflexão sobre a intervenção junto de crianças e jovens em perigo.

Expresso a minha gratidão às chefias do Centro Distrital de Santarém, pela oportunidade de ter sido interlocutora distrital do **Plano de Intervenção Imediata** (adiante designado por PII), possibilitando a concretização de um estudo inédito sobre o acolhimento de crianças e jovens em perigo.

Às colegas de trabalho que participaram, de forma empenhada na recolha de informação, decorrente da aplicação do PII, pelo companheirismo e presença cooperante. Às instituições que colaboraram no preenchimento dos inquéritos, disponibilizando toda a informação solicitada. À equipa de coordenação nacional que revelou uma disponibilidade e um apoio técnico rigoroso.

Aos formadores das diferentes acções que integrei, pela partilha da experiência profissional e humana, estimulando-me intelectual e emocionalmente, de modo a poder alcançar um enriquecimento pessoal e profissional, necessário à prática quotidiana.

À minha família em particular, **marido e filhos**, que me apoiaram ao longo deste processo de avaliação/reflexão sobre a prática profissional e que constituíram um factor determinante para a realização deste trabalho.

À minha irmã que me apoiou na redacção final do relatório e no resumo em língua francesa.

Às crianças e jovens que tenho acompanhado ao longo deste percurso profissional, na defesa e promoção dos seus direitos e que me inspiraram na realização deste trabalho final.

A todos os que estiveram envolvidos nesta missão, agradeço o contributo demonstrado, sem o qual não seria possível a concretização do resultado alcançado.

RESUMO

O presente relatório tem por objecto a protecção de crianças e jovens em perigo em Portugal. Trata-se de um documento que entrelaça dois temas: a intervenção social junto de crianças e jovens em perigo e a caracterização da situação de acolhimento, no distrito de Santarém.

Partindo de uma breve caracterização do percurso profissional, como Técnica Superior de Serviço Social, desde 1992 em exercício de funções, surge uma abordagem à intervenção social exercida num serviço público: Instituto da Segurança Social - Centro Distrital de Santarém, com relevância nas funções acometidas à Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica aos Tribunais.

Estamos perante uma intervenção que se preconiza verdadeiramente multidisciplinar e interinstitucional, assente numa cultura de trabalho em parceria e desenvolvida numa perspectiva subsidiária, por entidades públicas ou privadas, com atribuições em matéria de infância e juventude. Nela se destaca a apresentação do Plano de Intervenção Imediata, instrumento de diagnóstico sobre a situação de acolhimento das crianças e jovens em Portugal, (conforme o artigo 10.º do Capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto).

O estudo apresentado surge, em complemento a esta obrigação legal, como relatório inédito apresentado em 2009 sobre a situação das crianças e jovens em acolhimento no ano de 2008, no distrito de Santarém, reconhecido como boa prática pelo Centro Distrital de Santarém. De realçar o facto de ter garantido a caracterização da totalidade do universo de crianças e jovens em perigo, integradas no sistema de protecção e acolhimento do Distrito de Santarém.

Os resultados vieram demonstrar que existe um elevado número de crianças e jovens em situação de acolhimento, apesar de haver uma tendência para a sua diminuição relativa. As saídas do sistema de acolhimento resultaram essencialmente em integrações familiares e processos de adopção, tendo a maioria das crianças a sua situação jurídica regularizada.

Incorporando o princípio de que, uma intervenção social sustentada implica o conhecimento prévio da realidade sobre a qual se pretende intervir, surge uma reflexão prática do Serviço Social com algumas propostas de melhoria, decorrentes da prática do exercício profissional, na área da promoção e protecção de crianças e jovens em perigo.

SUMMARY

This report focuses on the protection of children and youth at danger in Portugal. This is a document that weaves together two themes: the social intervention with children and young people in distress and the characterization of the host in Santarém district.

Starting with a brief description of career as Social Worker since 1992, there is an approach to social intervention carried out in a public service: Institute of Social Security - Central District of Santarém, with relevance to the functions affected Multidisciplinary Technical Advisory Team to the Courts.

We are facing an intervention that is truly multidisciplinary and interagency calls, based on a culture of partnership work and developed a perspective subsidiary, for public or private entities, with powers in relation to children and youth. In it stands the submission of the Plan for Immediate Intervention, diagnostic tool on the status of care of children and young people in Portugal, (under Article 10. Of the Chapter V of Law No. 31/2003 of August 22).

The present study appears in addition to this legal obligation, as a new report submitted in 2009 on the situation of children and youth in care in 2008 in Santarém district, recognized as good practice by the District Centre of Santarém. Noteworthy is the fact that it guaranteed the characterization of the entire universe of children and youth at danger, integrated in the system of protection and care of Santarém district.

The results have demonstrated that there is a high number of children and young people at the refuge, despite a trend toward a decrease relative. The outputs of the refuge system resulted mainly in family integration and adoption procedures, the majority of children have their legal situation settled.

Incorporating the principle that a sustained social intervention requires prior knowledge of the reality on which it attempt to operate, there is a practical reflection of social services with some proposals for improvement, resulting from the professional practice in the area of promotion and protection of children and youth at danger.

RESUMÉ

Ce rapport a comme sujet la protection des enfants et des jeunes en danger au Portugal. C'est un document qui entrecroise deux thèmes: l'intervention sociale auprès des enfants et jeunes en danger et la caractérisation de la situation d'accueil, dans le district de Santarém.

En partant d'une brève caractérisation du parcours professionnel, comme Assistente Sociale depuis 1992, surgit cette approche sur l'intervention sociale pratiquée dans un secteur public : L'Institut de la Sécurité Sociale – Centre du District de Santarém, notamment sur les fonctions attribuées à l'Equipe Multidisciplinaire Consultative Technique devant les tribunaux. C'est une intervention vraiment multidisciplinaire et interinstitutionnelle, basé sur une culture de partenariat, développé sous une perspective subsidiaire, par des secteurs publics ou privés, avec des attributions en matière d'enfance et de jeunesse. Celle-ci met en évidence le Plan d'Intervention Immédiate, instrument de diagnostic sur la situation de protection des enfants et jeunes au Portugal (selon l'article 10 du Chapitre V de la Loi n°31/2003, du 22 Août).

La présente étude semble en outre à cette obligation légale, avec un rapport inédit présenté en 2009 sur la situation des enfants et jeunes prise en charge en 2008, dans le district de Santarém, reconnu comme une bonne pratique par le Centre du District de Santarém. Il est à noter qu'il garantir la caractérisation de l'univers entier des enfants et jeunes en danger intégrés dans le système de protection du District de Santarém.

Les résultats ont démontré qu'il existe un nombre élevé d'enfants et jeunes en situation d'accueil, bien que la tendance enregistre une diminution relative. Les sorties du système d'accueil ont résulté essentiellement d'intégration dans les familles et des procès d'adoption, constatant que la situation juridique est régularisée pour la majeure partie des jeunes.

Intégrer le principe selon lequel une intervention sociale soutenue requiert une connaissance préalable de la réalité sur laquelle on doit intervenir, surgit une réflexion pratique du Service Social avec des propositions d'amélioration, résultant de la pratique professionnelle dans le domaine de la promotion et protection des enfants et jeunes en danger.

INDICE

Introdução

Capítulo I – A Actividade Profissional

1. Percurso profissional em entidades particulares
2. Percurso profissional num serviço público - Centro Distrital de Santarém
3. Principais funções exercidas

Capítulo II – A Intervenção Social na Protecção de Crianças e Jovens

1. Breve abordagem aos Direitos da Criança
2. Políticas sociais de protecção à infância e juventude
3. Sistema legal de protecção das crianças e jovens
4. A intervenção na área da infância e juventude
 - a. Princípios orientadores da intervenção
 - b. Modelo ecológico de avaliação / intervenção
 - c. Medidas de promoção e protecção das crianças
 - d. Intervenção judicial

Capítulo III – O Plano de Intervenção Imediata

1. Enquadramento legal
2. Objectivos
3. Crianças e jovens abrangidos
4. Respostas de acolhimento
5. Modelos de recolha de dados

Capítulo IV – Estudo de Caracterização da Situação de Acolhimento no distrito de Santarém

1. Objectivos e metodologia
2. Situação global do sistema de acolhimento
3. Taxa de desinstitucionalização
4. Características gerais das crianças e jovens
5. Situação Jurídica
6. Projecto de vida
7. Conclusões do estudo 2008
8. Estudo comparativo 2008/2009

Capítulo V – Considerações Finais

1. Breve reflexão sobre a intervenção do Técnico de Serviço Social
2. Contributos do técnico de Serviço Social na área da promoção e protecção
3. A prática reflexiva
4. Propostas de melhoria

Bibliografia

Anexos

Anexo I – Plano de Intervenção Imediata – 2008 - Guião de Procedimentos

Anexo II – Ficha de Caracterização Sumária dos Projectos de Vida – Perfil 1 criança/ jovem actualmente acolhida.

Anexo III – Ficha de Caracterização Sumária dos Projectos de Vida – Perfil 2 criança/ jovem com cessação do acolhimento em 2007/ 2008.

Anexo IV – Ficha de Caracterização Sumária dos Projectos de Vida – Perfil 3 criança/ jovem actualmente acolhida, com início do acolhimento em 2008.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tipo de equipamentos de acolhimento

Gráfico 2: Representação das crianças por perfil

Gráfico 3: Taxa de desinstitucionalização

Gráfico 4: Taxa de desinstitucionalização por resposta de acolhimento

Gráfico 5: Distribuição das crianças por resposta de acolhimento

Gráfico 6: Universo das crianças por género

Gráfico 7: Género das crianças por resposta de acolhimento

Gráfico 8: Idade das crianças por faixa etária

Gráfico 9: Crianças por idade e resposta de acolhimento

Gráfico 10: Situação Jurídica

Gráfico 11: Projectos de vida das crianças

Gráfico 12: Projectos de vida por resposta de acolhimento

Gráfico 13: Dados comparativos 2008 / 2009

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo ecológico de avaliação e intervenção nas situações de risco e de perigo

Figura 2: Modelo ecológico de avaliação e intervenção nas situações de risco e de perigo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crianças em acolhimento no distrito de Santarém

Tabela 2: Idade das crianças por resposta de acolhimento

Tabela 3: Dados comparativos 2008 / 2009

LISTA DE SIGLAS / ABREVIATURAS

A. Familiar – Acolhimento Familiar

A.P.S.S. - Associação dos Profissionais de Serviço Social

C.D. Santarém – Centro Distrital de Santarém

C.A.T – Centro de Acolhimento Temporário

C.E.E.R.I.A. – Centro de Educação Especial e Recuperação Infantil de Alcobaça

C.L.A.S.O. - Conselho Local de Acção Social de Ourém

C.P.C.J. - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

D.O.M. – Desafio, Oportunidade e Mudanças

E.M.A.T. - Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica aos Tribunais

I.E.F.P. – Instituto Emprego e Formação Profissional

I.S.M.T. – Instituto Superior Miguel Torga

I.I. – Instituto de Informática

I.P. – Instituto Público

I.P.S.S. – Instituição Particular de Solidariedade Social

I.S.S. – Instituto da Segurança Social

Lar R. – Lar residencial

L.I.J. – Lar de Infância e Juventude

L.P.C.J.P. – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

N.L.I. – Núcleo Local de Inserção

O.N.G. – Organizações Não Governamentais

O.T.M. – Organização Tutelar de Menores

P.A.F.A.C. – Projecto de Apoio à Família e à Criança

P.A.I.E.S. – Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais

P.A.R.E.S. – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

P.C.A.A.C. – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados;

P.I.I. – Plano de Intervenção Imediata

P.N.A.I. – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

P.R.A.C.E. – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

P.V. – Projecto de vida

R.S.I. – Rendimento Social de Inserção

S.C.O.R.E. – Serviços Comuns e Reengenharia de Processos

U.D.S. – Unidade de Desenvolvimento Social

Introdução

O presente Relatório insere-se no processo de validação e creditação de competências académicas e profissionais para titulares de licenciatura pré-bolonha e experiência profissional. Constitui uma modalidade de mestrado profissional, directamente voltado para o reconhecimento do desempenho técnico e da qualificação profissional, com vista à obtenção do grau de **Mestre em Serviço Social**, promovido pela Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.

Concebido como suporte à prática profissional, estrutura-se em torno da capacidade reflexiva, devidamente contextualizada, sobre a intervenção do Técnico de Serviço Social numa entidade pública - Instituto da Segurança Social, Centro Distrital de Santarém, numa área de intervenção subordinada ao tema da promoção e protecção de crianças e jovens em perigo.

Henrique Nascimento Rodrigues, ex-provedor da justiça, refere na abertura do *Guia dos Direitos da Criança*¹, que se observa uma gradual atenção de cidadania, para com a obrigação de protecção dos direitos fundamentais das crianças e jovens, evidenciada não só na legislação, como na organização pública institucional e na intervenção social das organizações. O Preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança aponta a necessidade de assegurar uma especial protecção às crianças devido à sua vulnerabilidade, sublinhando o papel da família e da cooperação institucional na defesa dos direitos da criança.

O relatório da UNICEF² sobre a situação mundial da infância em 2009, no âmbito das celebrações dos vinte anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, refere que, apesar dos esforços desenvolvidos, muitos desafios continuam por cumprir, não apenas no domínio da sobrevivência infantil mas também na protecção e participação das crianças.

A situação da infância em Portugal continua a ser dominada por sinais preocupantes de privação, abusos e negligências diversas. As crianças são o alvo mais vulnerável à violência e aos maus-tratos, nomeadamente em contexto familiar. Famílias em situação de exclusão social, em ruptura e desintegração familiar, praticam actos de violência inesperada e aparentemente inexplicáveis. Crianças rejeitadas, que brincam sozinhas, entregues à si próprias, desenvolvem uma agressividade latente e um sentimento de revolta interior.

¹ Guia dos Direitos da criança de Ana Perdigão e Ana Sotto-Mayor Pinto (3ª edição – 2009)

² Agência das Nações Unidas que tem como objectivo promover a defesa dos direitos das crianças

Por tudo isto, é preciso intervir, definir políticas sociais integradas e estruturadas para a infância, envolvendo as escolas, os serviços de saúde, as famílias, as comunidades e as instituições públicas e privadas.

A escolha do tema - **Intervenção Social com Crianças e Jovens em Perigo** - surgiu da prática e experiência profissional tida nesta área, com funções em especialidade e exclusividade desde 2008, na Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (E.M.A.T.) do Instituto de Segurança Social, (I.S.S.) - Centro Distrital de Santarém.

O sub-tema surge na sequência das funções assumidas, desde 2008, como interlocutora distrital do Plano de Intervenção Imediata³, no Centro Distrital de Santarém. Vem divulgar um estudo inédito, até então inexistente, sobre o acolhimento institucional e familiar de crianças e jovens em perigo, no distrito de Santarém, reconhecido como boa prática pelo Centro Distrital, e que tem sido implementado desde então.

Com efeito, até 2007, não existiam no Centro Distrital de Santarém, dados sistematizados sobre o acolhimento institucional e familiar das crianças e jovens em perigo. Apesar de existir um relatório nacional de caracterização do acolhimento, elaborado pelo Instituto da Segurança Social, não existia a nível distrital estudo sobre esta matéria. A carência de elementos de diagnóstico sobre a situação de acolhimento das crianças e jovens e ausência de indicadores distritais da dimensão e particularidades desta realidade, tornou-se uma necessidade.

Procurou-se saber quem são as crianças e jovens em acolhimento, em que contextos institucionais estão integrados, que projectos de vida são mais frequentemente definidos e que tipos de respostas lhe são dadas.

A pertinência do tema da vulnerabilidade e do risco dos menores decorreu essencialmente de três grandes preocupações:

- A primeira, advém da necessidade de apresentar uma reflexão sobre a intervenção social junto de crianças e jovens em perigo, analisando a legislação em vigor, os pressupostos e princípios de intervenção, o modelo ecológico de avaliação, e sua relação com as políticas sociais e programas vigentes na área da infância e juventude.

³ Plano de Intervenção Imediata – Instrumento de diagnóstico sobre a situação de acolhimento das crianças e jovens em perigo

- A segunda, pretende responder a questões sobre a situação do acolhimento institucional e familiar das crianças e jovens em perigo, no distrito de Santarém, decorrente da implementação do Plano de Intervenção Imediata (PII).
- A terceira, nasce da pertinência de reflectir sobre os dados recolhidos, coadjuvando-os com a intervenção, promovendo uma reflexão crítica sobre a prática desenvolvida e algumas considerações/ propostas de melhorias na área da Intervenção Social.

Em termos de metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica sobre o tema, a análise de conteúdo e o inquérito por questionário, aplicado às crianças e jovens que integraram o sistema de acolhimento institucional e familiar.

O levantamento dos dados foi efectuado através da aplicação das diferentes fichas de caracterização das crianças e jovens em acolhimento, (constantes em anexo) elaboradas pelo ISS, entidade coordenadora do P.I.I..

Foi executado por um grupo de técnicas afecto ao Núcleo de Infância e Juventude do Centro Distrital de Santarém, junto das instituições de acolhimento, existentes no distrito de Santarém, coordenadas por mim. Abrangeu um universo de onze lares de infância e juventude, seis centros de acolhimento temporários, cinco lares residenciais e respostas de acolhimento familiar, repartidas por vários concelhos do distrito de Santarém, num universo total de 526 crianças, com idades dos 0 até os 21 anos.

O estudo de caracterização sobre o acolhimento das crianças e jovens constituiu um instrumento de diagnóstico, de particular interesse para o Centro Distrital. Correspondeu a um desafio profissional rigoroso, que tem sido implementado em anos subsequentes, integrado numa lógica de promoção da qualidade da intervenção e melhoria dos processos de competência do ISS, entidade promotora de acções no âmbito da protecção de crianças em perigo.

Os resultados obtidos reflectem os aspectos inerentes ao acolhimento das crianças e jovens em perigo, no ano de 2008, analisam a taxa de desinsitucionalização, as características gerais das crianças e jovens, a situação jurídica e o projecto de vida.

Ao permitir uma caracterização da realidade do acolhimento das crianças e jovens, foi possível a partir daí reflectir e desenvolver linhas estratégicas de intervenção em prol das crianças e a favor das instituições, em parceria com os tribunais e comissões de protecção de crianças e jovens (C.P.C.J.), na definição e concretização dos projectos de vida.

Um dos aspectos de melhoria foi a implementação do Plano D.O.M.⁴ aos lares de infância e juventude, actualmente implementado em mais de 60% dessas respostas de acolhimento.

Este relatório pretende ser um guia de orientação para os técnicos que venham a intervir na Assessoria Técnica aos Tribunais, nos processos de promoção e protecção, de modo a poderem enquadrar a intervenção, no âmbito das suas atribuições técnicas, com vista à promoção dos direitos das crianças e jovens.

Ilustrar os mecanismos legais que a sociedade tem vindo a desenvolver no sentido de dar resposta à salvaguarda dos direitos fundamentais da criança é uma preocupação deste trabalho. Facilitar, agilizar a intervenção e potenciar melhorias organizacionais é outra premissa deste trabalho.

Reflectir a intervenção, analisar o contributo do Serviço Social, potenciar a melhoria organizacional são algumas das intenções deste relatório ao apresentar sugestões e propostas de trabalho.

O presente **relatório de Mestrado** encontra-se estruturado em cinco partes/capítulos, de acordo com o índice:

- A **primeira parte** contém uma breve **abordagem sobre a actividade profissional** exercida, com referência ao percurso profissional e funções desenvolvidas.
- A **segunda parte** aborda a **intervenção social na área da protecção de crianças e jovens**, com referência ao modelo de intervenção e enquadramento legal do sistema de protecção de crianças e jovens existente em Portugal.
- A **terceira parte** enuncia o enquadramento legal do Plano de Intervenção Imediata, enquanto instrumento de diagnóstico sobre a evolução dos projectos de vida das crianças e jovens em perigo.
- A **quarta parte** apresenta os resultados do estudo de caracterização distrital do acolhimento de crianças e jovens em perigo.
- Na **quinta e última parte** procede-se à avaliação e prática reflexiva. Apresentam-se algumas considerações finais sobre o estudo realizado e uma reflexão, não só sobre a intervenção do técnico de Serviço Social, mas também propostas a considerar nesta área de intervenção e sobre a realidade do acolhimento das crianças.

⁴ O Plano DOM – Desafio, Oportunidade e Mudança, foi criado pelo Despacho 8393/2007 e tem como objectivo principal a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude.

CAPITULO I – A ACTIVIDADE PROFISSIONAL

1. Percurso profissional em entidades particulares

A experiência profissional como Técnica Superior de Serviço Social tem sido bastante vasta e enriquecedora. Passou por diversos domínios e interagiu com diferentes problemáticas, permitindo ter uma visão global e multi-sectorial da realidade social portuguesa.

Concluída a licenciatura em Serviço Social em Julho de 1992, no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, decorreu a primeira experiência profissional, de Outubro de 1992 a Junho de 1994, na área de Desenvolvimento Rural, num Projecto de Luta Contra a Pobreza, ***Projecto Integrado de Desenvolvimento Social e Comunitário da freguesia de São Barnabé***, no concelho de Almodôvar, promovido pelo então designado Centro Regional de Segurança Social do Alentejo – serviço sub-regional de Beja.

A intervenção foi desenvolvida numa zona rural desfavorecida, desertificada, isolada e envelhecida e teve por base uma metodologia de intervenção em rede, baseada numa acção integrada com as parcerias locais. Teve como objectivo melhorar as condições de vida das populações e atenuar o isolamento sócio - geográfico da freguesia. A intervenção incidiu em acções de apoio à população idosa, animação de crianças e jovens, desenvolvimento económico da freguesia. Foram desenvolvidas acções de formação com vista à criação de postos de trabalho para mulheres desempregadas, tendo sido coordenadora da formação e formadora interna.

No período de 1994 até 2000, sucedeu a segunda experiência profissional numa Instituição Particular de Solidariedade Social (I.P.S.S.) de Ensino Especial e Reabilitação Profissional – ***Centro de Educação Especial e Recuperação Infantil de Alcobaça***.

Foram exercidas funções técnicas na Equipa Educacional, Sector de Formação Profissional e Centro de Actividades Ocupacionais, de forma a promover um trabalho de envolvimento socio-familiar, no apoio à criança/jovem, portadora de deficiência. Em 1996, foi implementada uma nova valência - Lar Residencial, tendo assumido a coordenação técnica.

O trabalho do Técnico de Serviço Social centrou-se em torno da:

- necessidade de implementar uma intervenção no plano familiar, envolvendo as famílias no plano individual educativo, formativo e integrativo da criança/jovem, maximizando o seu potencial de vida independente.
- necessidade de promover uma articulação efectiva entre o jovem, família e empresas, com vista à criação de condições favoráveis à integração socio-profissional, trabalhando aspectos ligados à autonomia pessoal e social.
- necessidade de apoiar a família na resolução de situações concretas solicitadas ou identificadas, actuando numa linha de articulação com instituições, serviços e entidades locais.

2. Percurso profissional no serviço público – Centro Distrital de Santarém

Em Novembro de 2000, deu-se um novo rumo à actividade profissional, com o ingresso num serviço público do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, - Instituto da Segurança Social, Instituto Público - Centro Distrital de Santarém.

Em conformidade com o artigo 1 do decreto-lei nº 214/2007, o Instituto da Segurança Social (I.S.S.) é um Instituto Público (I.P.), integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Sob o enquadramento da Lei de Bases do Sistema da Segurança Social, (Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro), o I.S.S. abrange três sistemas: o Sistema de Protecção Social de Cidadania (que abrange o subsistema de acção social, da solidariedade e da protecção familiar), o Sistema Previdencial e o Sistema Complementar.

De acordo com a Lei nº4/2007, o subsistema da Acção Social visa prevenir e reparar situações de carência e desigualdade socio-económica, dependência, disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como promover a integração social e comunitária das pessoas.

O I.S.S. desenvolve a sua acção em todo o território nacional, através de serviços desconcentrados, a nível distrital. Os centros distritais são os serviços responsáveis, ao nível de cada distrito, pela execução das medidas necessárias ao desenvolvimento e gestão das prestações do sistema de segurança social e pelo exercício da acção social.⁵

⁵ Artigo 28º da Portaria 1460-A/2009 de 31 de Dezembro

A actuação do Centro Distrital de Santarém desenvolve-se de forma deslocalizada mediante serviços locais de proximidade com os cidadãos, a operar na sua área de intervenção.

A nível geográfico, abrange 21 concelhos, dispondo de 29 serviços de atendimento.



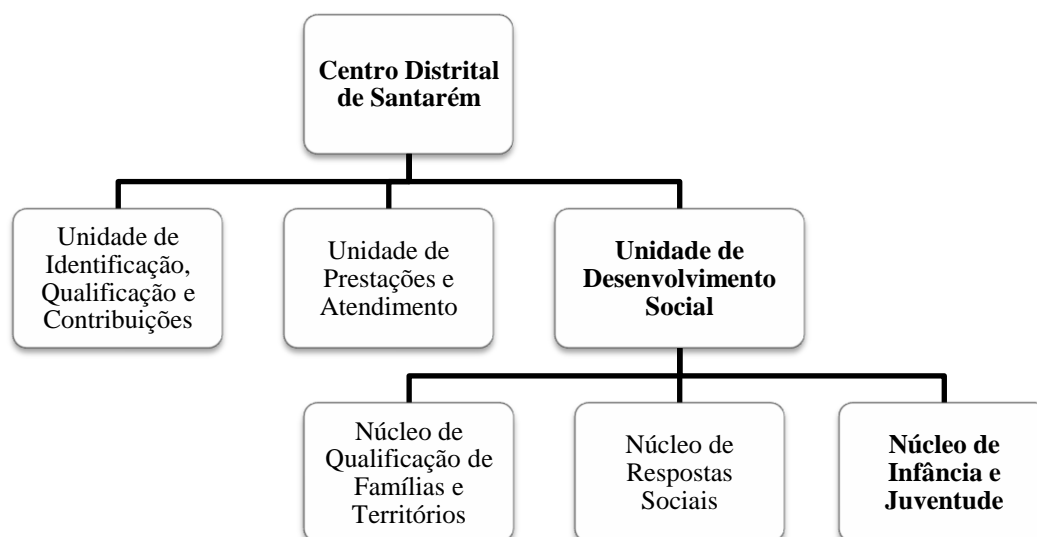
Figura 1 – Mapa do distrito de Santarém

No quadro do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (P.R.A.C.E.), a Portaria 1460-A/2009 de 31 de Dezembro procedeu a ajustamentos na organização interna dos Centros Distritais, que passam a estruturar-se em:

a) Áreas operacionais; **b)** Áreas de apoio especializado; **c)** Área de administração geral.

Em função da sua dimensão, os Centros Distritais organizam-se em unidades e núcleos, dirigidos, respectivamente, por directores de unidade e directores de núcleos. O exercício das funções de coordenação de cada uma das áreas é assegurado por um director de unidade e um chefe de sector.

O Centro distrital de Santarém encontra-se estruturado em três áreas operacionais que constituem as unidades e que se encontram repartidas respectivamente por núcleos, dos quais se apresenta apenas a U.D.S.



O núcleo de infância e juventude dispõe de um sector de adopções e assessoria técnica aos tribunais, dirigida por uma chefe de sector.

Ao **núcleo de infância e juventude** compete nomeadamente:

- a) Assegurar o acompanhamento e apoio técnico ao funcionamento do sistema de acolhimento de crianças e jovens em risco, bem como proceder à sua avaliação;
- c) Promover o incentivo à manutenção das crianças e jovens no seu meio natural de vida, garantindo, junto da respectiva família, as condições que permitam assumir as suas responsabilidades parentais;
- d) Assegurar o apoio técnico aos tribunais, em matéria tutelar cível e de promoção e protecção;
- e) Assegurar e executar os procedimentos e processos tendentes à instauração de adopções e dinamizar o recurso à adopção de crianças desprovidas de meio familiar;
- f) Assegurar e qualificar a representação da Segurança Social, nas diferentes parcerias, nomeadamente nas C.P.C.J., Rede Social e N.L.I..

A resolução do conselho de Ministros nº 108/2000, publicada a 19 de Agosto de 2000, veio definir para a Segurança Social o acompanhamento das crianças em risco junto dos tribunais. Posteriormente, o Decreto-lei nº 214/2007 de 29 de Maio consagrou a nova orgânica do I.S.S., onde nos termos do artigo 3º, nº 1, alínea p, se define como missão e atribuição da Segurança Social “assegurar, nos termos da lei, assessoria técnica aos tribunais em matéria de promoção e protecção de crianças e jovens em perigo”

3. Principais Funções Exercidas

Integrada nos quadros técnicos do Centro Distrital de Santarém desde Novembro de 2000, foram assumidas diversas funções, tendo passado por diversos núcleos:

Núcleo de Acção Social Directa (2000-2003)

Núcleo de Cooperação e Respostas Sociais (2001-2003)

Unidade de Desenvolvimento Social – Núcleo de Intervenção Social (2003-2008)

Unidade de Desenvolvimento Social – Núcleo de Infância e Juventude (desde 2008)

Como área geográfica, a intervenção abrangeu os concelhos de Alcanena e de Ourém, encontrando-me, desde Julho de 2004, no Serviço local da Segurança Social de Fátima.

Como principais funções exercidas, destacam-se:

- Atendimento e acompanhamento de cidadãos (famílias e indivíduos), em ordem à identificação dos problemas e accionamento dos meios, respostas e encaminhamentos adequados à situação diagnosticada, assegurando o cumprimento dos programas de inserção social (concelhos de Alcanena e Ourém).
- Participação na concepção, acompanhamento e avaliação de projectos de intervenção a nível local destinados a prevenir situações de exclusão social.
- Apoio técnico e acções de acompanhamento às Instituições Particulares de Solidariedade Social e estabelecimentos de apoio social privado;
- Assessoria Técnica aos Tribunais em matéria Tutelar Cível:
 - Elaboração de relatórios sociais no âmbito de processos de regulação/alteração/inibição/limitação do exercício do poder paternal; fixação/alteração/incumprimento de alimentos devidos a menores; instauração da tutela; acção tutelar comum; averiguação oficiosa de maternidade/paternidade; processos administrativos; entrega judicial de menor; acompanhamento de visitas, participação em audiências e conferências judiciais;
- Assessoria Técnica aos Tribunais em matéria de Promoção e Protecção:
 - Avaliação, diagnóstico e acompanhamento de crianças e jovens em risco e suas famílias; acompanhamento e execução das medidas de promoção e protecção; participação em audiências, conferências judiciais, debates e outras diligências solicitadas pelo Tribunal;

- **Actividades em projectos/programas e grupos de trabalho**

Rendimento Mínimo Garantido/Rendimento Social de Inserção - Representante da Segurança Social na Comissão Local de Acompanhamento e Núcleo Executivo do Rendimento Mínimo Garantido do concelho de Alcanena (2001/2003).

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - Representante da Segurança Social na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alcanena (2001/2003) e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ourém (2008/2010 - como técnica suplente).

Rede Social - Representante da Segurança Social na Rede Social do Concelho de Alcanena (2002/2004) e Concelho de Ourém (2006/2008).

Conselho Municipal de Educação - Representante da Segurança Social no Conselho Municipal de Educação do Concelho de Alcanena (2003/2004).

Projecto de Intervenção Precoce - Representante da Segurança Social no Projecto de Intervenção Precoce do Concelho de Alcanena (2003/2004).

Projecto de Luta Contra a Pobreza - Representante da Segurança Social no Programa de Luta Contra a Pobreza, “Aprender a Viver” promovido pela Câmara Municipal e Associação ABC de Alcanena (2000/2003).

Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados - Coordenação e execução do Programa de Apoio Alimentar no Concelho de Alcanena (2002/2003).

- **Actividades de Ensino/Formação**

Curso de Amas/Creche Familiar - Participação na organização do curso de amas para criação de uma creche familiar em Alcanena (2003)

Orientadora de Estágio - Orientadora de estágio curricular de Licenciatura em Serviço Social, promovido pelo Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra. (2006/2007)

- **Trabalhos Específicos**

Operação Fátima - Representante da Segurança Social nas reuniões de trabalho da Operação Fátima (Maio 2006 e 2007) decorrentes das Peregrinações.

Incêndios - Intervenção no plano de emergência de apoio às famílias, vítimas dos incêndios, no concelho de Ourém (2005).

Plano de Intervenção Imediata - Interlocutora Distrital do Plano de Intervenção Imediata em Santarém (2008/2009/2010).

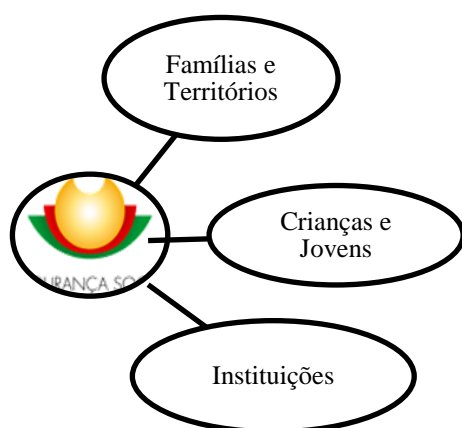
Manual de Assessoria Técnica aos Tribunais - Participação no grupo de trabalho para a construção e validação do Manual de Assessoria Técnica aos Tribunais, na área da Promoção e Protecção (2009);

Modelo de Intervenção da Unidade de Desenvolvimento Social - Participação no grupo de trabalho para a construção de um novo modelo de intervenção social territorial para o acompanhamento das famílias, potenciando a articulação entre núcleos /parceiros (Fev. 2010)

Padrão de Serviço na Assessoria Técnica aos Tribunais - Interlocutora distrital do modelo de padrão de serviço para a assessoria técnica aos tribunais, nas áreas da promoção e protecção e tutelar cível, integrado no projecto de reengenharia no âmbito do Sistema de Serviços Comuns e Reengenharia de Processos (SCORE II). (Junho 2010).

Inicialmente, a intervenção tinha por base uma metodologia territorial e uma intervenção global nas várias áreas da acção social, participando nas parcerias e projectos locais.

Todavia, perante as várias solicitações do serviço, cada vez mais complexas e específicas (que exigiam um conhecimento profundo dos problemas e das situações), os organismos públicos tiveram que se ajustar às novas exigências colocadas à Acção Social e se adaptar às transformações sociais e problemáticas actuais, de forma a conseguir responder atempadamente, com eficiência e eficácia, aos pedidos. Foi necessário introduzir uma nova metodologia de trabalho, baseada na especialização e no trabalho em equipa.



Este novo modelo de intervenção, baseado na especialização, entrou em vigor em 2003, no Centro Distrital de Santarém. Veio permitir combater a polivalência de funções e potenciar um conhecimento mais aprofundado das situações e uma maior organização no trabalho. De forma a não se tornar redutor, foi introduzido o princípio da rotatividade, que pressupõe o princípio da igualdade entre os técnicos, mas também permite evitar o desgaste profissional.

CAPITULO II – A INTERVENÇÃO SOCIAL NA PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

1. Breve abordagem aos Direitos da Criança

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de Novembro de 1989, e ratificada em Portugal, a 21 de Setembro de 1990, apresenta-se como o principal Tratado sobre os Direitos das Crianças. Trata-se de um documento que enuncia não só um amplo conjunto de direitos fundamentais – direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais – para todas as crianças, como também contém um extenso conjunto de normas internacionais, juridicamente vinculativas, referentes à promoção e protecção dos direitos das crianças no mundo.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança assenta em quatro pilares fundamentais relacionados com os direitos das crianças:

- **A não discriminação** que significa que todas as crianças têm o direito de desenvolver o seu potencial, em todas as circunstâncias, em qualquer momento e em qualquer parte do mundo. (artigo 2º)
- **O interesse superior da criança** que deve ser uma consideração prioritária em todas as acções e decisões que respeita à criança. (artigo 3º)
- **A sobrevivência e desenvolvimento** que sublinha a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolverem-se plenamente. (artigo 6º)
- **A opinião da criança** que significa que a voz das crianças deve ser ouvida e tida em conta nos vários momentos. (artigo 12º).

Através da referida Convenção, encontra-se contemplada a obrigação do Estado proteger a Criança e de tomar medidas necessárias para promover os seus direitos, devendo garantir – lhe os cuidados adequados, quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela, não tenham capacidade para o fazer.

A **Criança** passa a ser vista como sujeito activo de direitos fundamentais e identidade própria, enquanto indivíduo e membro de uma família e de uma comunidade.

2. Políticas sociais de protecção à infância e juventude

Nas últimas décadas, a construção de políticas sociais de protecção à infância e juventude tem sofrido uma crescente evolução nos diferentes sectores, fruto das várias transformações económicas, sociais e culturais, e do imperativo constitucional e legislativo em vigor.

A Constituição da República Portuguesa, aprovada na sessão plenária de 2 de Abril de 1976, defende, no artigo 69º, que todas as crianças têm direito à protecção da Sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, sendo dever do Estado assegurar especial protecção às crianças órfãs abandonadas ou privadas do seu ambiente familiar normal.

É essencialmente nos anos 90 que se verifica o surgimento de políticas sociais, direccionadas para a protecção e acompanhamento das crianças e jovens em perigo. Regista-se, a partir de então, uma maior preocupação na implementação de políticas que promovam um papel mais activo na defesa dos direitos das crianças. Para tal, muito contribuiu a Convenção dos Direitos da Criança.

Em 1991, são criadas as Comissões de Protecção de Menores, na sequência do Decreto - Lei nº 189/91 de 17/5. Em 1999, verifica-se a grande Reforma do Direito de Menores, em que se destacam dois grandes marcos legislativos:

- **A Lei 147/99 de 1 de Setembro sobre a Protecção de Crianças e Jovens em Perigo;**
- **A Lei nº 166/99 de 14 de Setembro sobre a Lei Tutelar Educativa.**

Esta reforma legislativa veio proclamar uma política para a infância, de cariz preventivo e protector, orientada para a **promoção e garantia do exercício efectivo dos direitos da criança**.

Um dos organismos com intervenção representativa na área da promoção e protecção é o **Instituto da Segurança Social**⁶ (I.S.S.). Sob o enquadramento da Lei de Bases da Segurança Social (Lei nº 4/2007, de 16 de Janeiro), o I.S.S., I.P. assume um papel preponderante na garantia da protecção e integração social dos cidadãos, com destaque para o desenvolvimento e a protecção social de crianças e jovens. Surgem novas acções voltadas para a protecção de crianças em perigo, bem como programas específicos de intervenção, desenvolvidos pelos Centros Distritais de Segurança Social.⁷

⁶ Pessoa colectiva de direito público sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

⁷ De acordo com a Portaria n.º 638/2007, de 30 de Maio, os Centros distritais são os serviços responsáveis, ao nível de cada um dos distritos, pela execução das medidas necessárias ao desenvolvimento e gestão das prestações, das contribuições e da acção social. (Capítulo V Artigo 28º)

Na área da protecção e inclusão social, destacam-se dois documentos importantes, de orientação para o I.S.S.:

1. O **Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010 (P.N.A.I.)**⁸ que define um conjunto de medidas que visam promover a inclusão social e prevenir situações de pobreza e exclusão social existentes em Portugal, não só numa linha de prevenção, mas também de eliminação dos factores de exclusão social.
2. A **Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008-2010** que define os eixos estratégicos de intervenção para fazer promover a inclusão social e reduzir as desigualdades.

As políticas e medidas integradas no Sistema da Segurança Social visam essencialmente apoiar e reforçar as condições das famílias e o papel dos pais no exercício das responsabilidades parentais, conciliando a vida profissional e familiar, numa lógica não só reparadora mas também e sobretudo preventiva.

Estas políticas vieram não só intervir sobre as causas dos problemas, mas também criar condições para a transformação do meio envolvente e das atitudes individuais, de uma forma concertada, integrada e articulada. Passaram a ser orientadas para a discriminação positiva das famílias com menos recursos e, em particular, das famílias monoparentais.

No apoio às crianças, as medidas traduzem-se, por um lado, no reforço da protecção social através da comparticipação económica, nomeadamente por via das prestações familiares e, por outro lado, no investimento e qualificação de equipamentos e serviços. Foram aprovadas medidas que visam incentivar o aumento da natalidade (abono de família pré-natal) e apoiar as famílias com maior número de filhos (majoração do abono de família para crianças entre os 12 e os 36 meses de idade, em famílias com dois ou mais filhos). Foi criada a bolsa de estudos para jovens matriculados pela primeira vez no 10º ano de escolaridade⁹.

A nova protecção social na parentalidade, maternidade e adopção¹⁰, que entrou em vigor a partir de 1 de Maio de 2009, veio garantir às pessoas em situação de carência a atribuição de subsídios sociais nas situações de risco clínico durante a gravidez, interrupção da gravidez, nascimento de filhos, adopção e riscos específicos.

⁸ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2008

⁹ Criada pelo Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de Agosto

¹⁰ Criado pelo Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril

Ao nível das respostas sociais, surgem os **Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental** e as **Equipas de Rua de Apoio a Crianças e Jovens**, vocacionadas para o estudo e a prevenção de situações de risco social e para o apoio de crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias.

O **Projecto de Apoio à Família e à Criança**¹¹ (P.A.F.A.C.) define como alvo de intervenção as crianças vítimas de maus-tratos e suas famílias.

O **Programa Nascer Cidadão**¹² veio garantir direitos essenciais às crianças desde o seu nascimento, procedendo ao seu registo imediato nas unidades de saúde e inscrição no sistema de Segurança Social, possibilitando a identificação precoce das situações de risco.

Nos **programas de âmbito geral**, destacam-se:

O **Rendimento Social de Inserção**¹³ (R.S.I.), medida de combate à exclusão social, promoção da cidadania e inserção económica e profissional das famílias.

O **Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados**¹⁴ (P.C.A.A.C.), acção que visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas, cuja situação de dependência social e financeira é devidamente reconhecida.

O **Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais**¹⁵ que veio promover a qualidade das respostas sociais de âmbito público, privado e solidário, através da implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade.

O **Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais** (P.A.R.E.S.) e o **Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais** (P.A.I.E.S.) que vieram proporcionar o alargamento da taxa de cobertura de equipamentos sociais destinados à infância e adolescência.

O **Plano Desafios, Oportunidades e Mudanças** (D.O.M.) que veio implementar medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e protecção das crianças e jovens acolhidas.

¹¹ Tem como enquadramento legal a RCM n.º 30/92 de 18/08, Lei n.º 474/A/99 de 8/11, despacho n.º 31 SEAMTS de 7/06, deliberação n.º 114/2003 do Conselho Directivo do ISS.

¹² Projecto interministerial dos Ministérios da Saúde, Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social previsto no Decreto-Lei n.º 13/01, de 25/1; Decreto n.º 266/01, de 23/3)

¹³ Criado pelo Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro e regulamentado pela Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio.

¹⁴ Acção anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estados-membros da Comunidade Europeia.

¹⁵ Foi assinado entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, em Março de 2003.

Finalmente, ressalta o Programa Nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2010¹⁶, que pretende reiterar o empenho da União Europeia e de cada Estado-Membro na erradicação da pobreza.

3. Sistema legal de protecção de crianças e jovens

O sistema de protecção contempla um conjunto vasto de serviços e entidades envolvidas na promoção e protecção das crianças. De uma forma global, podemos afirmar que o apoio ou protecção social de crianças e jovens reparte-se em três vertentes:

1. Protecção às crianças e jovens em geral;
2. Protecção às crianças e jovens em perigo, através da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo);
3. Apoio a jovens que praticaram factos qualificados como crime, através da Lei nº 166/99, de 14 de Setembro (Lei Tutelar Educativa).

Como enquadramento legal do sistema de protecção de crianças e jovens, destaca-se a **Lei de Protecção de Crianças e Jovens em perigo** - Lei 147/99 de 1 de Setembro. Com a entrada em vigor desta Lei, surge um novo modelo de protecção de crianças e jovens em risco, que apela à participação activa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado.

A redacção deste diploma legal veio defender a promoção e a garantia do exercício dos direitos da criança, tendo por base a sua prevenção e protecção. Veio também regulamentar a promoção dos direitos e a protecção de crianças e jovens e definir as medidas aplicáveis pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e pelos Tribunais.

Tendo por base o **princípio da subsidiariedade**, definiu a intervenção das diferentes entidades com competência em matéria de infância e juventude, no âmbito da promoção e protecção dos direitos da criança em situação de risco/perigo.

Um dos aspectos inovadores desta Lei prende-se com o **direito à participação das crianças**, contemplado na Convenção dos Direitos da Criança, reconhecendo à criança o direito de ser ouvida e de participar na definição do seu projecto de vida.

¹⁶ O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia aprovaram a 22 de Outubro de 2008 a Decisão relativa à instituição de 2010 como Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AECPEs).

De acordo com a Lei 147/99, artigo 3º nº 1, existe **situação de perigo** quando os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto, ponham em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança e/ou jovem, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança/ jovem, e que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

A Lei 147/99 de 1 de Setembro (nº 2 do artigo 3º) considera a **criança em perigo** quando:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade, situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

A intervenção para a promoção e protecção inicia-se sempre que se detecte o perigo vivido pela criança no seio da sua família ou junto de terceiros, estando privada de um quotidiano de garantia dos seus mais fundamentais direitos. Apesar de estreitamente relacionados, os conceitos de **risco** e de **perigo** têm significados diferentes. Assim, enquanto o conceito de perigo se define pela existência de uma ameaça efectiva do indivíduo, numa situação de risco, o indivíduo encontra-se na eminência de um perigo, sendo que essa ameaça seja ainda efectiva.

A avaliação do perigo engloba um conjunto de procedimentos que procuram determinar a probabilidade de uma dada criança ou jovem vir a ser objecto de alguma forma de maus-tratos, com consequências graves. A eliminação do perigo ou o seu esbatimento para limites toleráveis e sustentados e a estabilização da situação envolvente da criança/jovem finalizam a intervenção do Sistema de Protecção.

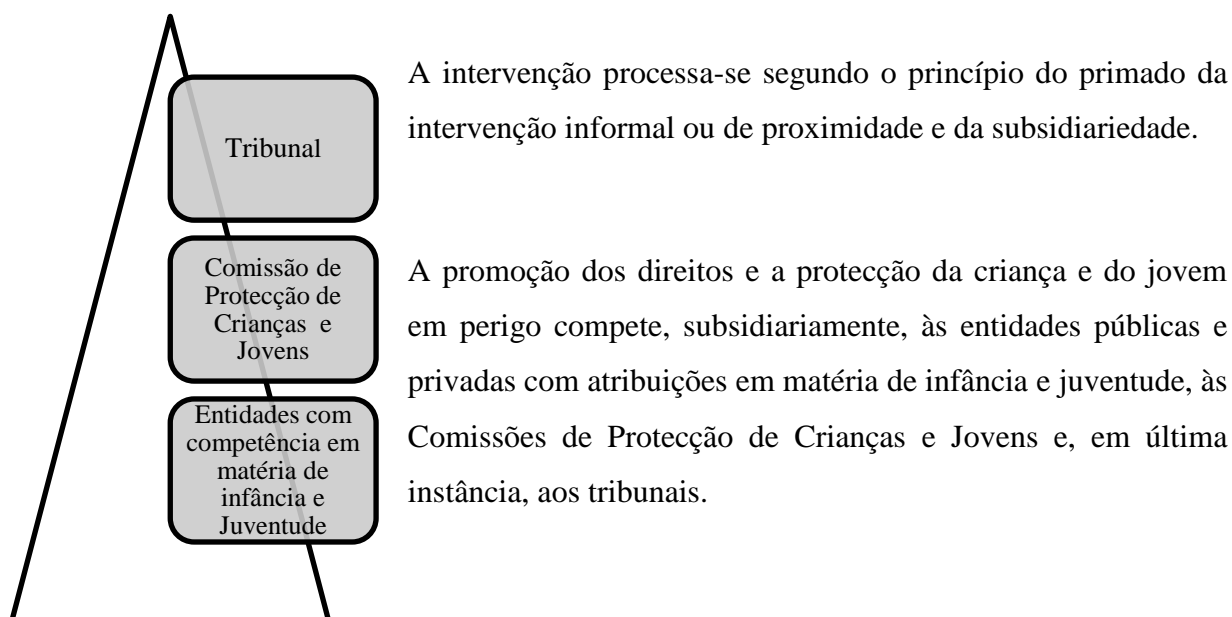
Em 2008, surgem dois novos diplomas de regulamentação de medidas de promoção e protecção:

- 1) O Decreto-lei 11/2008 de 17 de Janeiro que veio estabelecer o regime de execução do acolhimento familiar, previsto na L.P.C.J.P., admitindo apenas como famílias de acolhimento pessoas ou família sem qualquer relação de parentesco com a criança.
- 2) O Decreto-lei 12/2008 de 17 de Janeiro que veio determinar o regime de execução das medidas de promoção e protecção das crianças e jovens em perigo em meio natural de vida, previstas nos artigos 39.º, 40.º, 43.º e 45.º da L.P.C.J.P, (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida). Através deste diploma é fomentada a manutenção dos laços familiares das crianças, mantendo-as no seu meio natural de vida e disponibilizando apoios de diversa natureza (psico-pedagógico, social e económico).

4. A intervenção na área da infância e juventude

A criação e entrada em funcionamento em 2001 das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.) representam uma viragem no sistema de protecção de crianças e jovens. Passou-se de uma concepção da intervenção centrada nas instâncias judiciais para uma visão não judiciária, assente numa lógica de envolvimento da rede social e das várias entidades que actuam no terreno. A prevenção e protecção das crianças e dos jovens é encarada no sentido de evitar situações de perigo e criar medidas de promoção e de protecção.

O modelo de protecção de crianças e jovens em risco/ perigo, em vigor com a publicação da Lei n.º147/99, de 1 de Setembro, apela à participação activa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado, concretizada nas C.P.C.J..



Nos termos do disposto na Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens são instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, implementadas por concelho/comarca, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, deliberando com imparcialidade e independência.

As C.P.C.J. tiveram que reorganizar o seu modelo de funcionamento, que passou a assumir duas modalidades: o funcionamento em plenário através da Comissão Alargada e a Comissão Restrita, com um número reduzido de membros. Na modalidade de comissão restrita, a Lei determina o seu funcionamento em permanência, o que implica um regime de disponibilidade permanente e imediata para intervir nas situações sinalizadas.

A intervenção referenciada está concebida de modo a potenciar o papel da família, mediante o reforço e aquisição de competências por parte dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem, de forma a permitir a manutenção ou regresso desta à sua família natural.

A separação da criança ou jovem dos seus pais só é admitida, quando o tribunal a entender como necessária à salvaguarda e prossecução do superior interesse da criança.

A protecção deixa de ser vista como uma acção individual, para passar a assumir o seu carácter psicossocial e socio-familiar. Reconhece-se que a protecção de uma criança não pode ser feita isoladamente, mas supõe a **intervenção junto da família e do meio envolvente**. Isto porque uma parte substancial das condições comprometedoras do desenvolvimento das crianças é gerada nas famílias e nas situações e problemáticas socio-familiares.

4. a) Princípios orientadores da intervenção

A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

Interesse superior da criança - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem;

Privacidade - a promoção dos direitos da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada;

Intervenção precoce - a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida;

Intervenção mínima - a intervenção deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo;

Proporcionalidade e actualidade - a intervenção deve ser a necessária e ajustada à situação de perigo e só pode interferir na vida da criança e da sua família na medida em que for estritamente necessário;

Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efectuada de modo a que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;

Prevalência da família - na promoção dos direitos e protecção da criança, deve ser dada prevalência às medidas que integrem a criança e jovem na sua família ou que promovam a adopção;

Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de facto, têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;

Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, bem como os pais, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e protecção;

Subsidiariedade - a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

4.b) Modelo ecológico de avaliação / intervenção

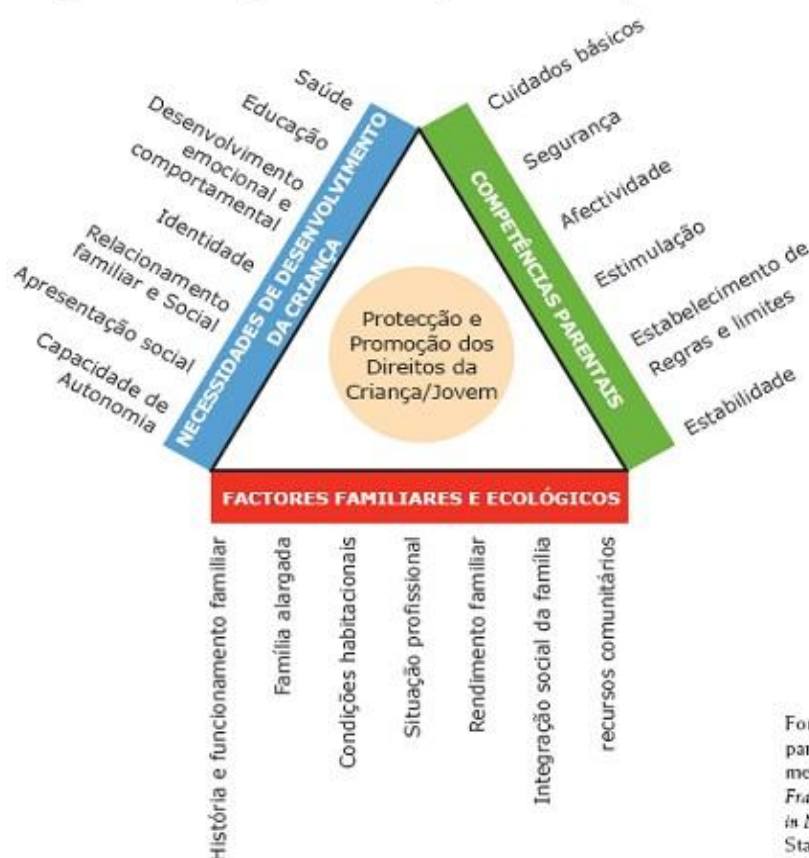
Com vista à obtenção de melhorias nos processos de competência do I.S.S, ao nível da assessoria técnica aos tribunais, encontra-se em implementação a criação de um Manual de Procedimentos para a intervenção na Assessoria Técnica aos Tribunais na área da promoção e protecção, integrado numa lógica de gestão da qualidade. Este processo configura-se como um sistema, alvo de redesenho no âmbito do Projecto SCORE II – Sistema de Reengenharia de processos.

A validação do referido manual e dos instrumentos de suporte que lhe estão subjacentes tem sido efectuada por um grupo de técnicos de vários Centros Distritais, do qual faço parte desde 2008.

Através de uma abordagem por estudo de casos e respectiva análise e discussão interdisciplinar, a partir de questões teóricas, metodológicas e práticas, o manual e respectivos instrumentos têm sido objecto de validação. Neste processo de validação, elaborei um portfólio que tem sido utilizado como recurso formativo.

Em termos teóricos, o **modelo de intervenção** definido para esta área é de tipo **ecológico**, centrado na criança, fundamentado nas teorias de desenvolvimento, com recurso à análise dos contextos relevantes para o seu desenvolvimento¹⁷. Situa a criança no seu ambiente familiar, utilizando como referencial de avaliação os conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil. Foi adaptado do modelo de avaliação /intervenção nas situações de perigo, centrado na criança, utilizado no Reino Unido. Tem por base a identificação das necessidades de desenvolvimento da criança, as competências parentais e os factores familiares e ecológicos, numa lógica de identificação dos factores de risco e de protecção da criança e da sua família, e/ou principais cuidadores.

Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas Situações de Risco e de Perigo



Fonte: Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*. London: The Stationery Office.

Figura 2

¹⁷ Canhão, Ana Margarida (2007) “Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção das Situações de Risco e de Perigo para a Infância”, Revista Pretexto nº 28

A perspectiva ecológica procura situar a relação interpessoal num contexto mais amplo, reconhecendo uma inter-relação entre as condições concretas e contextuais do exercício da parentalidade. A intervenção é centrada no superior interesse da criança e do jovem, como sujeito de direitos, na valorização das suas redes pessoais de pertença e de interacção social (família, escola, comunidade, sociedade) e no princípio da igualdade de oportunidades. Reconhece o importante papel da família, na construção da identidade e no desenvolvimento das crianças e dos jovens, tendo como objectivo fortalecer as competências parentais, potenciadoras de um desenvolvimento global da criança. A característica deste tipo de intervenção reside na criação e dinamização de uma rede de suporte à família, informal e formal, potenciadora de factores de protecção.

A identificação dos factores de risco e de protecção, a nível individual, familiar, social e cultural, reveste-se de particular interesse, podendo cada um, por si só, constituir-se como causa precipitada e actualizada do risco. Aos factores de protecção é atribuída a capacidade de modificarem, melhorarem ou reduzirem o impacto negativo e a repercussão do risco. São recursos pessoais, sociais e institucionais que promovem o desenvolvimento bem sucedido de uma criança e/ou jovem ou amortecem factores de risco que de outro modo podem comprometer o seu desenvolvimento (Garmezy & Rutter, 1985).

4.c) Medidas de promoção dos direitos e protecção das crianças

As medidas de promoção e protecção têm como objectivo afastar o perigo em que as crianças e jovens se encontram, proporcionando-lhes condições que permitam proteger a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral. (art. 34.º). Previstas no artigo 35.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, são classificadas como «medidas em meio natural de vida» e «medidas em regime de colocação», podendo ser decididas a título provisório.

Medidas em meio natural de vida

- Apoio junto dos pais;
- Apoio junto de outro familiar;
- Confiança a pessoa idónea;
- Apoio para a autonomia de vida;

- Confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção (Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto).

Medidas de colocação

- Acolhimento familiar;
- Acolhimento em instituição.

Tais medidas são sempre suportadas num Acordo de Promoção e Protecção celebrado e subscrito por todos os intervenientes na decisão, execução e acompanhamento da medida. Têm a duração estabelecida no acordo ou decisão judicial, devendo ser revista obrigatoriamente, em qualquer caso, decorridos períodos nunca superiores a seis meses.

Para as situações de emergência, está prevista a possibilidade de adopção de medidas provisórias e o recurso a procedimentos de urgência, nos casos de perigo actual ou iminente para a criança ou jovem e de oposição dos seus responsáveis legais.

O acolhimento em instituição é a medida de último recurso. Consiste na “colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e de equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.” (artigo 49º da Lei 147/99)

4.d) Intervenção judicial

A intervenção judicial tem lugar nas situações previstas no art. 11º da Lei 147/99 quando:

- Não está instalada nenhuma C.P.C.J., ou quando a Comissão não tem competência nos termos da lei para aplicar a medida de promoção e protecção adequada.
- Não seja prestado/retirado o consentimento necessário, ou haja oposição da criança/jovem;
- O acordo de promoção e protecção seja reiteradamente não cumprido;
- A C.P.C.J. não obtenha a disponibilidade de meios necessários para aplicar/executar a medida;
- Haja ausência de decisão da C.P.C.J. nos 6 meses seguintes ao conhecimento da situação;

- O Ministério Público considera a decisão da C.P.C.J. ilegal/inadequada;
- O Tribunal apensa processo da C.P.C.J. ao processo judicial.

Surge, em última instância, quando a intervenção das comissões de protecção não pode ter lugar ou nos termos das alterações recentes introduzidas à nova legislação sobre adopção. Pode também ocorrer de forma imediata, face a situações reais de perigo eminente para a criança, (nomeadamente no que respeita a negligência agravada, abuso sexual e maus-tratos), que constituem crimes públicos (artigo 70º da Lei de Protecção).

Como auxílio às decisões judiciais, surgem as Equipas de Apoio Técnico aos Tribunais - equipas multidisciplinares de assessoria aos Tribunais, criadas no âmbito dos Processos Judiciais de Promoção e Protecção, de acordo com a Lei 147/99 e o Decreto-lei 332-B/2000 de 30 de Dezembro. O enquadramento jurídico da intervenção das E.M.A.T. encontra-se consignado na Resolução do Conselho de Ministros nº 108/2000 de 19 de Agosto, nº 5 al.g.

A estas equipas compete o acompanhamento das crianças e jovens em perigo junto dos tribunais. Constituem uma unidade de coordenação privilegiada na facilitação da cooperação entre todos os intervenientes dos vários quadrantes – acção social, saúde, educação e justiça, devendo submeter a apreciação/decisão judicial as propostas de plano de intervenção.

Entende-se por **Assessoria Técnica aos Tribunais** o apoio técnico que o I.S.S. presta às decisões dos tribunais e o acompanhamento da execução das decisões judiciais em matéria de promoção e protecção e tutelar cível.

A assessoria técnica, na área da promoção e protecção, desenvolve-se na tríade criança ou jovem e sua família/ Comunidade e /Tribunal. Consiste designadamente no:

- apoio técnico às decisões dos tribunais no âmbito dos processos judiciais de promoção e protecção, através da elaboração de informações ou relatórios sociais sobre a situação da criança ou do jovem, do seu agregado familiar ou das pessoas a quem esteja confiado; na intervenção em audiência judicial; na participação nas diligências instrutórias,
- acompanhamento da execução das medidas de promoção e protecção aplicadas;
- apoio aos menores que intervenham em processos judiciais de promoção e protecção.

(Capítulo V, artigo 7º- Decreto-Lei 332-B/2000 de 30 de Dezembro).

CAPITULO III – O PLANO DE INTERVENÇÃO IMEDIATA

1. Enquadramento legal

No cumprimento do disposto no artigo 10.º do Capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, o Governo encontra-se obrigado a apresentar anualmente à Assembleia da República um relatório sobre a existência e evolução dos projectos de vida das crianças e jovens em acolhimento institucional e familiar.

O **P.I.I.** é um instrumento de diagnóstico, da responsabilidade do I.S.S., I.P., criado para a elaboração do relatório de **caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento**. Iniciou-se em 2005 e tem sido levado a cabo pelo Instituto da Segurança Social, em estreita colaboração com os Centros Distritais, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Casa Pia de Lisboa, o Instituto de Acção Social dos Açores e o Centro de Segurança Social da Madeira, entidades responsáveis pela recolha de informação e execução do P.I.I..

O I.S.S, através do Departamento de Desenvolvimento Social – Unidade de Infância e Juventude, sector para a Qualificação do acolhimento, é a entidade responsável pela operacionalidade do P.I.I.. Tem a cargo a elaboração dos guiões que presidem ao inquérito, a informatização dos dados estatísticos a nível nacional, assim como o seu tratamento e interpretação. Os dados, recolhidos a nível nacional, são informaticamente inseridos a nível local, por cada Serviço de Segurança Social, numa aplicação informática disponível na intranet da Segurança Social, desenvolvida e gerida pelo Instituto de Informática, I.P..

2. Objectivos

O P.I.I. procura dar cumprimento a vários objectivos, entre os quais se destaca:

- a caracterização de todas as crianças e jovens em situação de acolhimento;
- o reforço da actividade das instituições na definição e concretização dos projectos de vida das crianças e jovens em acolhimento institucional e familiar;
- a regularização das situações jurídicas das crianças e jovens em situação de acolhimento.

A grande finalidade deste Plano é salvaguardar que todas as crianças tenham consagrado um efectivo acompanhamento da execução da medida de promoção e protecção que a seu favor estiver aplicada. Tem subjacentes duas acções prioritárias:

- A identificação das crianças / jovens sem medida de promoção e protecção que enquadre legalmente o seu acolhimento;
- A sinalização dessas mesmas crianças ao Ministério Público, através da elaboração e remessa de relatório social.

Ao permitir uma caracterização de todas as crianças e jovens em situação de acolhimento, o P.I.I. vem salvaguardar uma monitorização anual da evolução dos projectos de vida e consequentemente uma regularização gradual das situações jurídicas. Vem igualmente promover uma aproximação entre os serviços de segurança social e as instituições de acolhimento, com vista a um melhor acompanhamento das crianças, e uma cooperação mais eficaz com os tribunais e comissões de protecção de crianças e jovens.

3. Crianças e Jovens abrangidos

Em conformidade com o guião de procedimentos (constante em anexo), o P.I.I. abrange:

- Crianças / jovens entre os 0 e os 21 anos:
 - Com ou sem medida de promoção e protecção aplicada;
 - Com processos tutelares pendentes ainda não reclassificados como Processos de Promoção e Protecção (artigo 19º da Organização Tutelar de Menores);
 - Com tutela ou regulação do exercício da responsabilidade parental atribuída a favor da instituição;
 - Com situação de deficiência aliada a situação de perigo.

Encontram-se excluídas crianças / jovens

- cuja situação de acolhimento se encontra sujeita a sigilo (no âmbito de um processo da Polícia Judiciária ou Interpol), por detenção dos pais ou representante legal;
- com tutela ou regulação da responsabilidade parental a favor da família de acolhimento;
- acolhidas em famílias de acolhimento, durante a semana, apenas para poderem frequentar respostas de ensino especial;
- acolhidas em famílias de acolhimento com laços de parentesco, cuja medida de promoção e protecção seja alguma das previstas em meio natural de vida.

4. Respostas de acolhimento

O P.I.I. é aplicado nas seguintes Respostas de Acolhimento:

- Centros de Acolhimento Temporário (C.A.T.) – resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses.
- Lares de Infância e Juventude (L.I.J.) – resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em perigo, de duração superior a seis meses.
- Unidades de Emergência e Casas de Acolhimento de Emergência – resposta social integrada em estruturas de C.A.T. e de L.I.J., constituída por vagas permanentemente disponíveis e que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata no C.A.T..
- Apartamentos de Autonomização – resposta social, desenvolvida em equipamento (apartamento inserido na comunidade local) destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas.
- Centros de Apoio à Vida - resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento de mulheres grávidas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.
- Lares Residenciais - resposta social, desenvolvida em equipamento, destinado a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.
- Famílias de Acolhimento - resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa habilitada para o efeito, tecnicamente enquadrada, decorrente da aplicação de medida de promoção e protecção, visando a sua integração em meio familiar.

5. Modelos de recolha de dados

Para a recolha de dados, foram criados três perfis de ficha de caracterização, adequado às diferentes situações de crianças e jovens, de forma a obter uma caracterização das várias situações de acolhimento.

Perfil
1

Criança / Jovem actualmente acolhida

Incluem-se todas as crianças e jovens acolhidas, cujo início do acolhimento é anterior ao ano de caracterização e que tenham sido caracterizadas ou não em P.I.I.'s anteriores.

Perfil
2

Criança / Jovem com cessação do acolhimento

Incluem-se todas as crianças / jovens que cessaram o acolhimento e saíram da instituição para o seu meio natural de vida no ano em análise. Também se incluem as crianças e jovens que cessaram o acolhimento, para outra resposta fora do sistema de acolhimento abrangido pelo P.I.I. (centro educativo / colégio de ensino especial / comunidade de inserção)

Perfil
3

Criança / Jovem com início do acolhimento no corrente ano

Incluem-se todas as crianças e jovens que iniciaram o acolhimento no ano em apreço e que reintegraram o sistema de acolhimento, ainda que tenham estado acolhidas anteriormente.

As fichas de caracterização encontram-se estruturadas em quatro partes, com elementos sobre: a identificação da criança/jovem; a situação de acolhimento; a situação jurídica; e a definição do projecto de vida.

O conceito de **projecto de vida** é sustentado num **plano de intervenção** definido para a criança / jovem e sua família. Deixam de existir os projectos de vida de “acolhimento em lar de infância e juventude” ou “acolhimento familiar” ou ainda “acolhimento noutra resposta específica de acolhimento” (lar residencial), por se considerar que a colocação em respostas de acolhimento são respostas temporárias e não constituem um fim em si mesmo.

O designado projecto de vida “**acolhimento permanente**” fica unicamente reservado para situações em que se identifica na criança uma necessidade de dependência de cuidados institucionais permanentes, por motivos de doença mental ou física e que, após avaliação, se conclua da inexistência de um suporte familiar.

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO NO DISTRITO DE SANTARÉM

1. Objectivos e Metodologia

Conhecer para melhor intervir foi o principal propósito da realização deste estudo, enquadrado nas competências atribuídas ao núcleo de infância e juventude. Decorreu na sequência da execução do P.I.I. 2008, realizada no final desse ano. Optou-se pela escolha deste ensaio referente a 2008, dado que anteriormente nunca tal estudo tinha sido realizado.

A necessidade deste estudo prendeu-se com o facto de ter constatado que, no relatório anual de caracterização da situação de acolhimento, não existia informação detalhada sobre a situação de acolhimento no distrito de Santarém. Por exemplo, era impossível saber:

- Quantas crianças estavam em acolhimento nos lares de infância e juventude;
- Qual a faixa etária predominante nos centros de acolhimento;
- Qual a taxa de desinstitucionalização nos C.A.T.;
- Que projectos de vida eram mais dominantes nos L.I.J. e C.A.T.;
- Quantas crianças iniciaram o acolhimento no corrente ano;

Além disso, 2008 foi o ano em que assumi as funções de interlocutora distrital da execução do P.I.I., mantendo-me desde essa data com esta função.

O estudo teve os seguintes **objectivos**:

- Caracterizar as crianças e jovens em situação de acolhimento, no distrito de Santarém;
- Identificar as respostas de acolhimento existentes no distrito e sua incidência;
- Identificar e regularizar as situações jurídicas das crianças e jovens em acolhimento;
- Reforçar a actividade das instituições a articulação com a C.P.C.J. e tribunais, para uma melhor definição e concretização dos projectos de vida das crianças.

Como metodologia de recolha de informação, foi utilizado o inquérito por questionário (que consta nos anexos II, III e I). Foi aplicado às várias instituições do Distrito de Santarém, com valências de acolhimento destinadas às crianças e jovens em perigo.

Em termos de universo, o estudo abrangeu a totalidade de crianças e jovens, com idades entre os 0 e os 21 anos, em situação de acolhimento institucional e familiar, em conformidade com o definido no guião de procedimentos do P.I.I..

Realizou-se uma reunião prévia, presidida por mim, com o grupo de trabalho responsável pelo levantamento dos dados, para analisar o guião de procedimentos, fichas de caracterização e clarificar conceitos. Posteriormente efectuou-se um contacto prévio, do técnico com a equipa e direcção das instituições, solicitando a sua colaboração para o preenchimento dos elementos.

O levantamento dos dados foi executado, no decurso do mês de Dezembro de 2008, de forma presencial, pelos técnicos da Segurança Social, em colaboração com os técnicos das instituições. De forma a garantir um rigor e equidade nos dados recolhidos, a caracterização reportou-se à situação de cada criança ou jovem a 1 de Novembro do ano em análise.

Recolhida a informação, foi necessário proceder ao apuramento dos dados, através de uma análise estatística. Procedeu-se ao agrupamento de dados por categorias e à sua contagem. Foram elaborados quadros de distribuição de frequências sobre as diferentes categorias. Foram constituídas classes de idades, com intervalos de variação de cinco anos. Foram criadas várias representações gráficas: gráficos de barras, gráficos de sectores e histogramas de frequências absolutas, por perfis. O tratamento da informação incidiu nas questões contidas nos modelos de recolha do P.I.I., definidos a nível nacional, para o ano de 2008.

A realização deste estudo constituiu um instrumento de diagnóstico relevante para a intervenção técnica das E.M.AT.. Foi considerado como **boa prática**, no serviço que represento (Centro Distrital e I.S.S), tendo sido entregue um exemplar à Secretária de Estado Adjunta e à da Reabilitação, Idália Moniz e Directora do Departamento de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social, Cristina Fangueiro, respectivamente, como modelo a replicar. Por sua vez, foi um dos fundamentos para o reconhecimento do meu desempenho como excelente, no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP) 2008. A meu ver, tal se deveu ao facto de:

- ser inovador, dado se tratar de um estudo inédito, nunca antes realizado;
- marcar a diferença, em termos de impacto na avaliação da situação de acolhimento das crianças e jovens e definição do seu projecto de vida;
- ter um potencial de replicação, servindo de modelo.

2. Situação global do sistema de acolhimento

O sistema de protecção e acolhimento de crianças e jovens em perigo, em 2008, no distrito de Santarém, integra um total de 22 equipamentos sociais, distribuídos da seguinte forma:

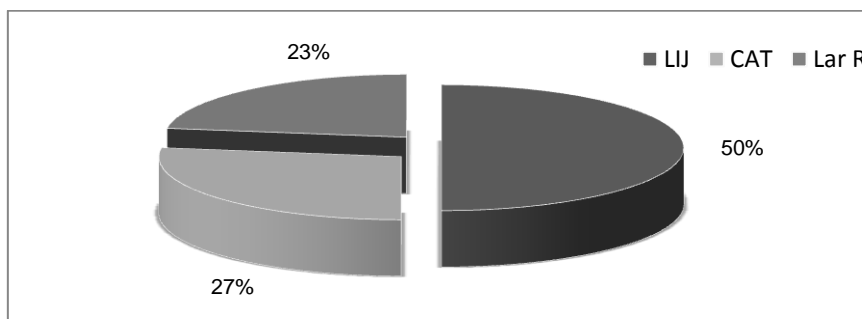


Gráfico 1: Tipo de equipamentos de acolhimento

A resposta de acolhimento familiar encontra-se repartida por nove concelhos do distrito de Santarém. Do total dos 11 L.I.J. existentes, 8 destinam-se ao acolhimento de crianças/jovens do género feminino e apenas 2 ao acolhimento de crianças/jovens do género masculino.

As respostas de acolhimento institucional e familiar encontram-se dispersas pelo distrito, havendo uma maior concentração na zona Norte do distrito. Do total dos 21 concelhos que integram o Distrito de Santarém, apenas 7 (i.e. 28,6%) possuem equipamentos sociais que dão resposta às necessidades de acolhimento de crianças e jovens em perigo (Abrantes, Ferreira do Zêzere, Ourém, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha) – e destes, apenas três possuem os dois tipos de valência (L.I.J. e C.A.T.) – Abrantes, Ourém e Santarém.

No ano de 2008, foram caracterizadas 526 crianças/jovens, que passaram pelo sistema de acolhimento, no distrito de Santarém. Destas, 381 crianças encontram-se efectivamente em acolhimento, o que representa 72% do universo das crianças caracterizadas, contra 145 crianças, que cessaram o acolhimento (28%), conforme indicado no gráfico.

	<i>Número de crianças</i>	<i>Percentagem</i>
Em acolhimento	289	55 %
Início do acolhimento 2008	92	17%
Cessação de acolhimento	145	28%

Tabela 1 – Crianças em acolhimento no distrito de Santarém

As crianças que iniciaram o acolhimento em 2008 (92) correspondem a 24% do universo de crianças em acolhimento e 17% do universo total.

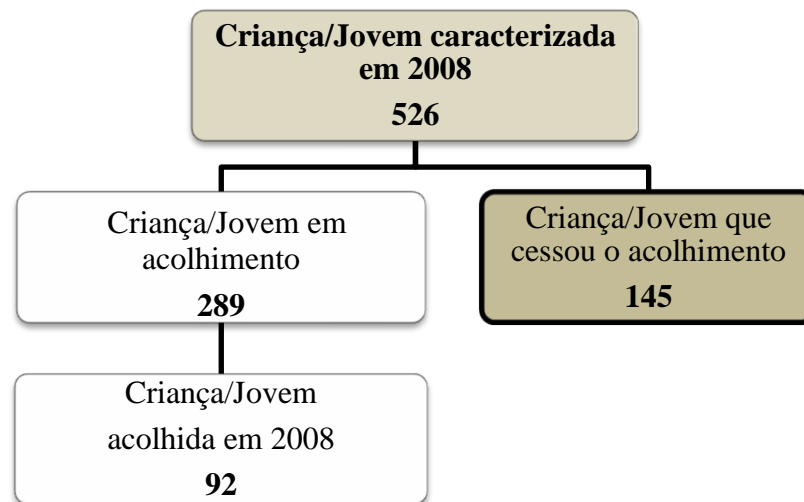


Gráfico 2: Representação das crianças por perfil

3. Taxa de desinstitucionalização

De acordo com o guião de procedimentos (anexo I), institucionalizar deve ser visto como recurso provisório, não como resposta definitiva. A institucionalização deve ser encarada como um meio para se alcançar, o mais rapidamente possível, um projecto de vida viável.

A taxa de desinstitucionalização corresponde à percentagem de crianças e jovens que cessaram o acolhimento, face ao número total de crianças e jovens caracterizadas no P.I.I..

Das 526 crianças e jovens caracterizadas em 2008, 145 crianças cessaram o acolhimento, o que representa uma taxa de 28%, o que demonstra uma tendência para a diminuição da medida de acolhimento, uma vez que o peso das crianças que saíram do sistema de acolhimento é superior ao número de entradas.

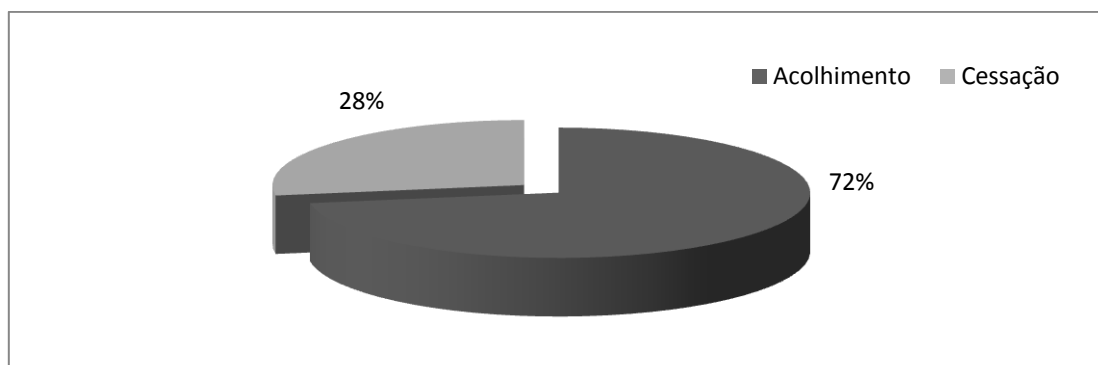


Gráfico 3: Taxa de desinstitucionalização

Estudo comparativo por resposta de acolhimento

Esta taxa apresenta uma variação diferenciada em função das respostas de acolhimento.

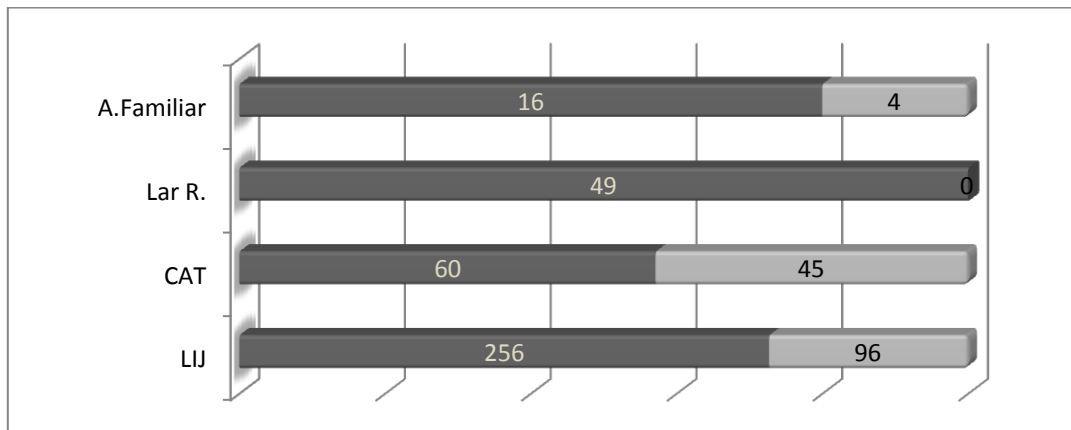


Gráfico 4: Taxa de desinstitucionalização por resposta de acolhimento

Os dados recolhidos revelam que é nos Centros de Acolhimento Temporário que se verifica um maior número de crianças que cessaram o acolhimento, numa prevalência de 43%, registando taxas mais expressivas e uma maior mobilidade de utentes.

Nos Lares de Infância e Juventude, a taxa de desinstitucionalização também é significativa (27%), indiciando uma tendência para a saída do acolhimento e mobilização de recursos para, sempre que possível, encontrar uma solução alternativa para cada criança ou jovem, em contexto familiar.

No acolhimento familiar, apenas cessaram 4 crianças em 2008, o que corresponde a 20% do seu universo.

Os lares residenciais, pelas características da população que acolhem e pela intervenção que têm desenvolvido, são as respostas que apresentam menor capacidade de dinamização de projectos de vida alternativos ao acolhimento, registando-se essencialmente um acolhimento de carácter permanente.

4. Características gerais das crianças e jovens

As crianças e jovens caracterizadas em 2008 integraram predominantemente os lares de infância e juventude e centros de acolhimento temporário, que representam a resposta de acolhimento para 87% das crianças. Os lares residenciais e o acolhimento familiar são respostas com pouca representatividade correspondendo a 13% do universo.

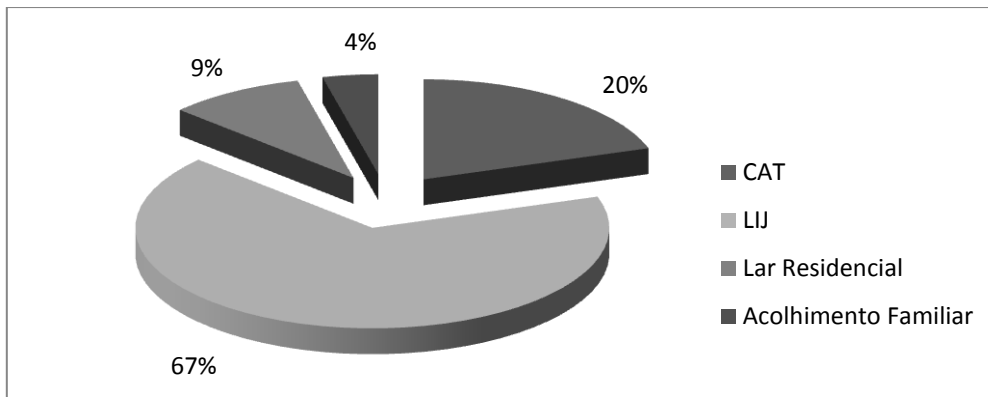


Gráfico 5: Distribuição das crianças por resposta de acolhimento

Verifica-se uma predominância de crianças e jovens em acolhimento em lares de infância e juventude, numa prevalência de 67%, num claro predomínio das respostas de acolhimento prolongado. Não será alheio o facto de ser o equipamento mais predominante no distrito de Santarém e que tem vindo a assegurar o acolhimento de grande parte das crianças e jovens.

Do universo de crianças caracterizadas, verifica-se um predomínio de crianças e jovens do género feminino, numa prevalência de 68%.

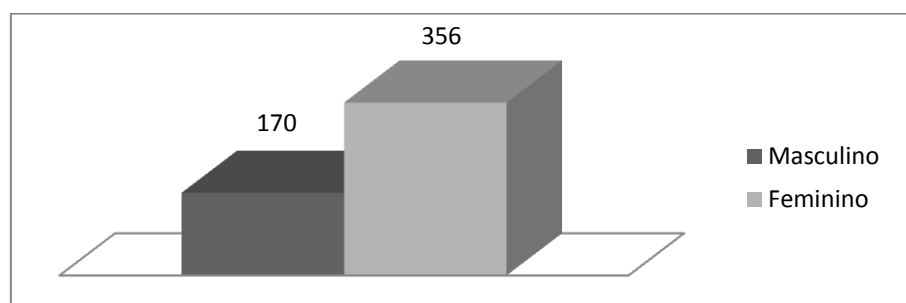


Gráfico 6: Universo das crianças por género

Estudo comparativo por género

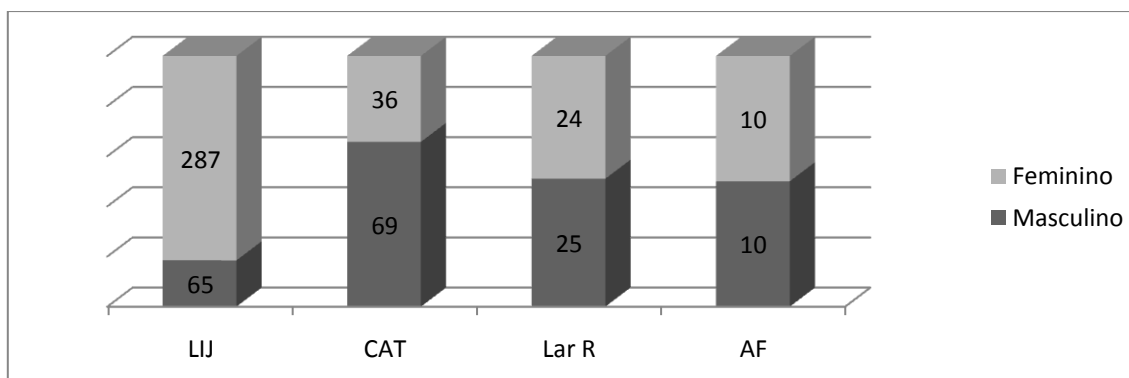


Gráfico 7: Género das crianças por resposta de acolhimento

Tal situação encontra-se aliada ao facto dos 11 equipamentos L.I.J. existentes serem destinados ao acolhimento de crianças/jovens do género feminino. Ao contrário, nos C.A.T., o sexo masculino é mais preponderante (66%).

Observa-se uma percentagem bastante relevante de crianças e jovens na faixa etária dos 11 aos 15 anos, numa percentagem de 34%, seguida dos maiores de 16 anos (25%). Ou seja mais de 50% (59%) das crianças acolhidas têm mais de 10 anos.

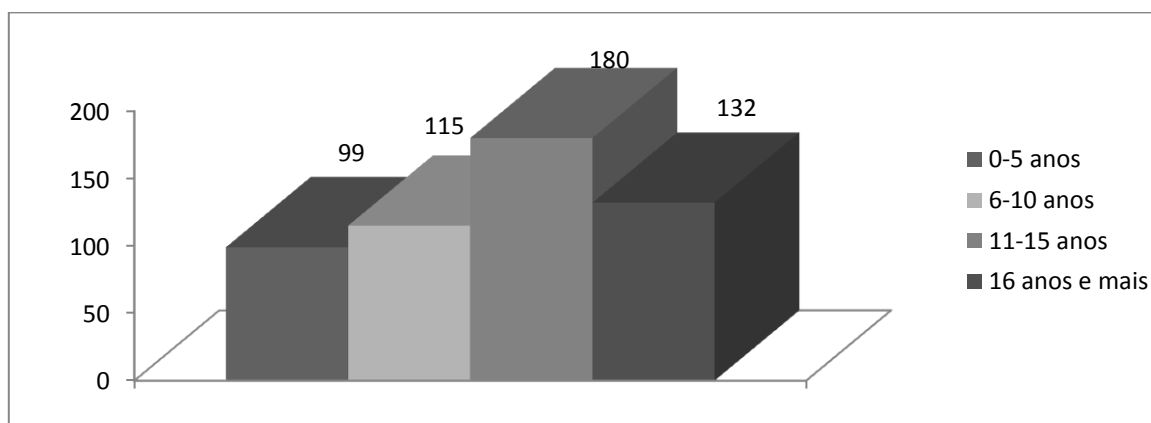


Gráfico 8: Idade das crianças por faixa etária

Estudo comparativo por faixa etária

As idades das crianças e jovens em situação de acolhimento reflectem as respostas de acolhimento existentes a nível distrital (predomínio de L.I.J.).

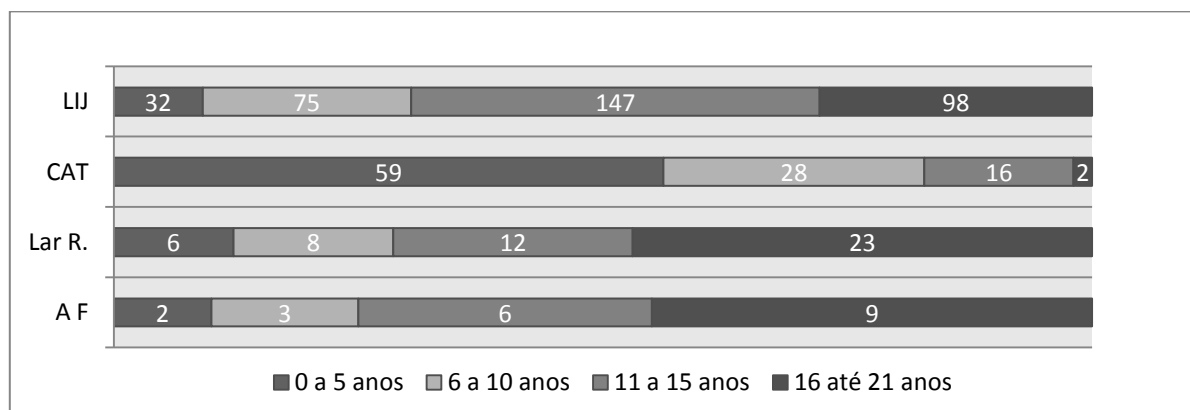


Gráfico 9: Crianças por idade e resposta de acolhimento

Em termos de resposta, nos L.I.J.s, a maioria de crianças tem idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos, (42%) seguido dos 16 anos e mais anos (28%). Nos C.A.T.s., encontram-se as idades mais precoces, havendo crianças desde os 3 meses até aos 13 anos. O grupo etário com mais representatividade situa-se entre os 0 e os 5 anos, numa percentagem de mais de 50% do universo (56%).

Nos lares residenciais e no acolhimento familiar, atendendo às características individuais das crianças, o universo é mais abrangente, não existindo grande relevância por faixa etária.

<i>Idade das crianças</i>	<i>0-5</i>	<i>%</i>	<i>6-10</i>	<i>%</i>	<i>11-15</i>	<i>%</i>	<i>16-21</i>	<i>%</i>
Centro de Acolhimento	59	56	28	27	16	15	2	2
Lar de Infância e Juventude	32	9	75	21	147	42	98	28
Lar Residencial	6	12	8	16	12	24	23	48
Acolhimento Familiar	2	10	3	15	6	30	9	45

Tabela 2 – Idade das crianças por resposta de acolhimento

5. Situação Jurídica

De acordo com a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (L.P.C.J.P.), todas as crianças e jovens que, por motivos de perigo, estão afastados da sua família, e se encontram acolhidos em instituição ou família de acolhimento, devem ter aplicada, a seu favor, uma medida de promoção ou protecção, pela C.P.C.J. ou tribunal.

Considera-se que a criança ou jovem em acolhimento tem a sua situação jurídica regularizada quando, no âmbito de um processo de promoção e protecção da responsabilidade da C.P.C.J. ou do tribunal, é aplicada uma **medida de promoção e protecção**, ou é atribuída outra figura jurídica tutelar cível.

A existência de uma medida que regularize o acolhimento da criança assegura-lhe que a sua permanência na instituição ou família de acolhimento seja acompanhada e avaliada regularmente pelas entidades responsáveis (C.P.C.J. ou tribunal, através das equipas multidisciplinares que lhe prestam assessoria). Sem ter uma medida aplicada, a situação da criança / jovem não é avaliada, tendendo, por isso, a arrastar-se no tempo sem que ninguém pondere seriamente projectos de vida alternativos ao acolhimento e tome todas as diligências no sentido da sua saída sustentada.

Nos casos em que se verifiquem situações de acolhimento sem prévia decisão, o artigo 68º da Lei 147/99 define que as entidades com competência em matéria de infância e juventude ou a instituição de acolhimento devem proceder à imediata sinalização do acolhimento ao Ministério Público.

Após a sinalização da situação ao Ministério Público, em sede de processo administrativo, são apreciados os factos e remetidos para a tomada de decisão que poderá ter dois fins:

- 1) No caso da verificação de perigo para a criança, o processo é remetido para a C.P.C.J. ou para o juiz competente, com vista à abertura de um processo de promoção e protecção;
- 2) No caso de verificação de condições diversas, o processo é remetido para o juiz competente, com vista à abertura de um processo tutelar cível (tutela, regulação das responsabilidades Parentais e/ou alteração).

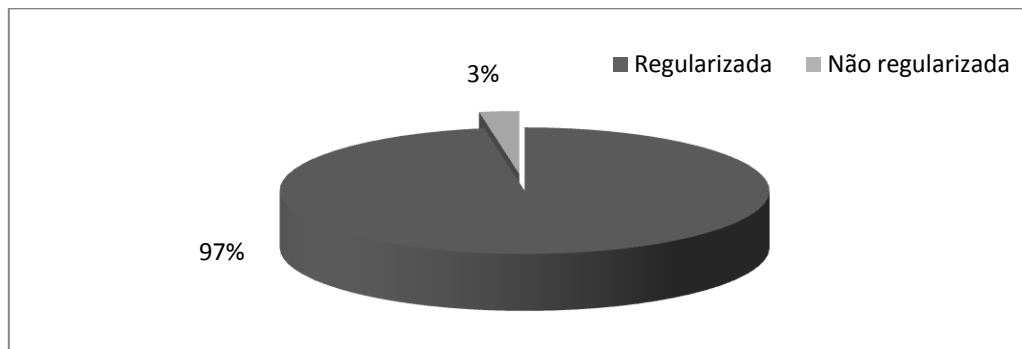


Gráfico 10: Situação Jurídica

O estudo vem indicar que a maioria das crianças e jovens acolhidos no distrito de Santarém possui a sua situação jurídica regularizada, numa prevalência de 97%. Existem algumas situações de acolhimento por regularizar, nomeadamente na resposta de acolhimento de lar residencial (9 casos) e nos L.I.J. (5 casos). Nos C.A.T. e no acolhimento familiar, os menores possuem a sua situação jurídica regularizada a 100%.

6. Projecto de vida

De acordo com o guião de procedimentos, a definição do Projecto de Vida é sustentada num **Plano de Intervenção** definido para a criança/jovem e sua família, constituindo o resultado último da intervenção desenvolvida.

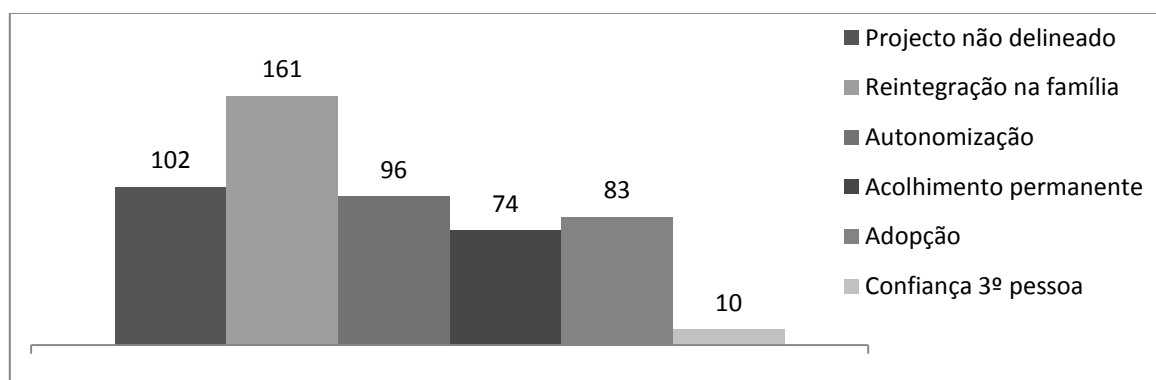


Gráfico 11: Projecto de vida das crianças

Das 526 crianças, alvo do estudo de caracterização, predominam como projectos de vida a reintegração familiar, na família nuclear ou alargada, (com uma percentagem de 31%), seguido da autonomização (18%) e adopção (16%).

O gráfico demonstra ainda que existem muitas crianças e jovens em instituições de acolhimento sem um projecto de vida delineado (19%), sendo este valor mais representativo nas crianças que iniciaram o acolhimento em 2008. Tal facto poderá justificar-se por ter sido introduzido no inquérito maior exigência e rigor, na definição dos projectos de vida das crianças, considerando a necessidade de um plano de intervenção em curso. Por sua vez, deixaram de existir, para 2008, os projectos de vida “Acolhimento em Lar de Infância e Juventude” ou “Acolhimento Familiar”, que passaram a corresponder ao conceito de “Sem projecto de vida delineado”.

Estudo comparativo dos projectos de vida por resposta de acolhimento

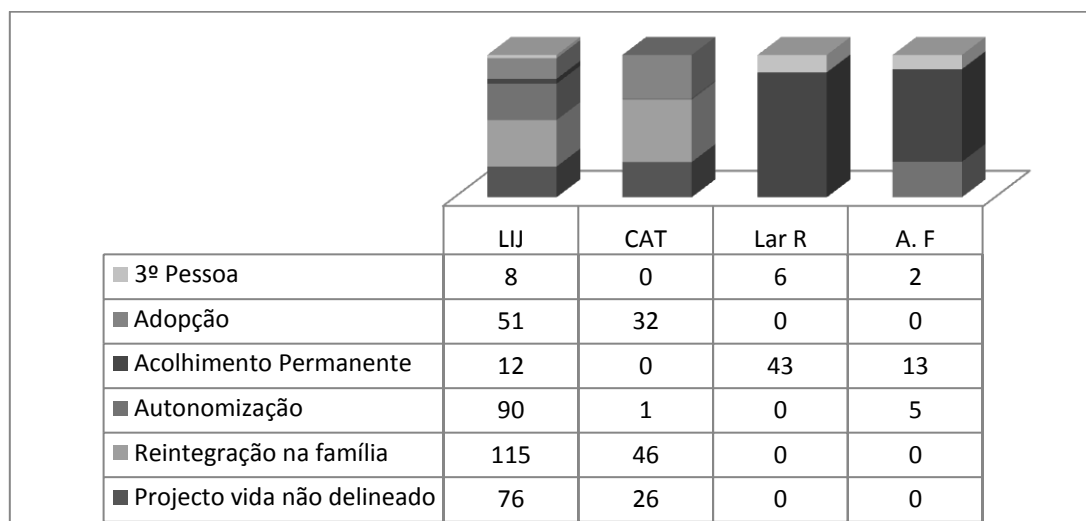


Gráfico 12: Projectos de vida por resposta de acolhimento

Por resposta de acolhimento, constata-se que:

Nos lares de infância e juventude, predomina como projecto de vida a reintegração familiar (33%), seguida da autonomização (em 26%).

Nos centros de acolhimento temporário, a reintegração familiar surge como projecto de vida para 44% das crianças, seguida da adopção (30%). Nesta resposta, não existem projectos de vida com vista à autonomização ou ao acolhimento permanente.

Nos lares residenciais, o acolhimento permanente representa 86% dos projectos de vida das crianças acolhidas. Com efeito, esta modalidade ficou essencialmente reservada para

situações em que se identifica na criança uma necessidade de dependência de cuidados institucionais permanentes, por motivos de doença mental ou física.

No acolhimento familiar, predominam projectos de vida com vista à manutenção do acolhimento (65%), projectos para a autonomização (25%) e confiança à 3ª pessoa (10%).

7. Conclusões do estudo

Do que é possível inferir dos dados relativos ao ano de 2008, constata-se que:

Aspectos negativos

- Mantém-se elevado o número de crianças e jovens em situação de acolhimento, no distrito de Santarém (num total de 381 crianças que representa 72% do universo em análise).
- As crianças e jovens continuam a permanecer acolhidos por períodos prolongados (76% das crianças em situação de acolhimento iniciaram o acolhimento em anos anteriores a 2008).
- Em 2008, persistem muitas crianças em acolhimento, sem terem definido um projecto de vida (19% do total de crianças e jovens que passaram pelo sistema de acolhimento).

Aspectos positivos

- O número de entradas no sistema de acolhimento em 2008 (92) é inferior ao número de saídas (145), o que indicia uma tendência para a diminuição da medida de acolhimento, registando-se uma taxa de desinstitucionalização de 28%.
- A maioria das crianças e jovens em situação de acolhimento têm a sua situação jurídica regularizada, numa prevalência de 97%.
- A maior parte das situações de cessação de acolhimento resultaram em (re) integrações familiares e processos de adopção.

8. Dados comparativos 2008 / 2009

	2008	2009
Crianças identificadas	526	473
Crianças em acolhimento	381 - 72%	364 - 77%
Crianças que saíram do acolhimento	145	109
Taxa de desinstitucionalização	28%	23%
Crianças iniciaram acolhimento	92	93

Tabela 3 – Dados comparativos 2008 / 2009

As crianças acolhidas em 2008 (381), com as entradas de 2009 (93), representam o universo do P.I.I. de 2009 (tendo ocorrido um óbito). No ano de 2009, surgiu uma nova resposta de acolhimento temporário no Centro Distrital de Santarém, localizada no concelho de Alpiarça, com capacidade para 10 crianças.

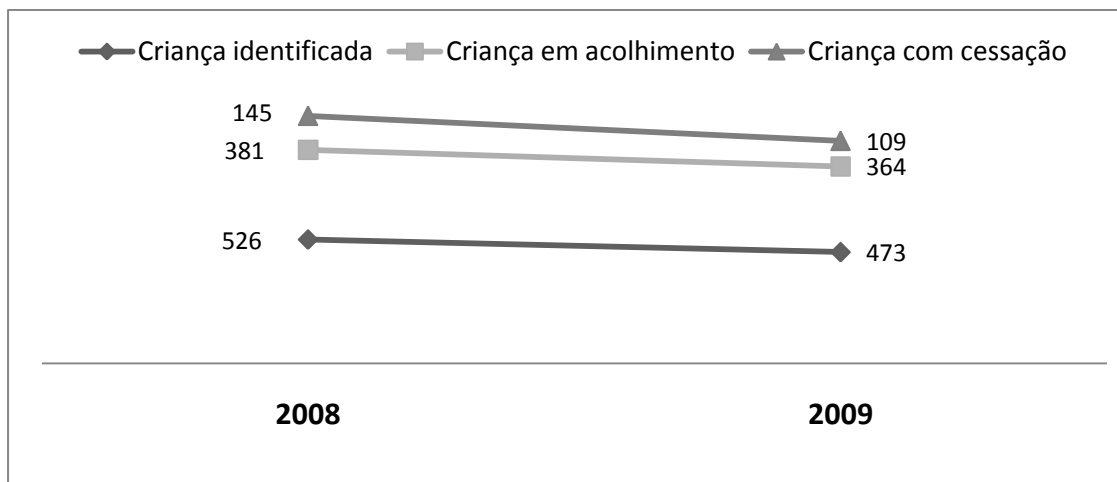


Gráfico 13: Dados comparativos 2008 / 2009

Em 2009, foram identificadas 473 crianças e jovens, (menos 53 do que em 2008), sendo que:

- 364 Crianças e jovens se encontram efectivamente em acolhimento (menos 17 do que as crianças acolhidas em 2008), o que representa uma taxa de 77% de crianças em acolhimento, superior ao ano anterior.
- Das crianças e jovens que se encontram acolhidas, 93 iniciaram o acolhimento em 2009 (valor muito aproximado ao registado no ano anterior), indiciando uma tendência de estabilização ao nível do número de novas entradas no sistema de acolhimento.
- 109 crianças e jovens saíram do sistema de acolhimento em 2009, o que representa uma taxa de desinstitucionalização de 23% (um pouco inferior ao ano anterior). Todavia, ao analisar este universo, verifica-se que, destas crianças, 23 (21%) cessaram o acolhimento no mesmo ano em que o iniciaram, o que representa um tempo de permanência em acolhimento bastante inferior.

De destacar o facto do número de entradas no sistema de acolhimento (93) ter sido, em 2009, à semelhança de 2008, inferior ao número de crianças e jovens que saíram deste sistema (109), o que indicia uma tendência para a diminuição do recurso à institucionalização.

CAPITULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Breve reflexão sobre a intervenção do Técnico de Serviço Social

A prática profissional do assistente social emerge, nos dias de hoje, com uma dimensão amplamente divulgada e reflectida nos vários sectores das políticas sociais. Reconhecendo a globalidade, complexidade e densidade dos fenómenos sociais, o técnico de serviço social assume um papel primordial nos processos de intervenção social, que visam potenciar capacidades e recursos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Surge com uma **intervenção específica**, decorrente do seu conteúdo funcional, habilitado a intervir com autonomia, quer no âmbito da investigação, quer no âmbito da elaboração de propostas que visam a prevenção e resolução de problemas e a satisfação de necessidades. *(Proposta apresentada no âmbito do I Encontro Nacional de Assistentes Sociais promovido pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, a 7 de Fevereiro de 2003, em Coimbra)*

Segundo Ernesto Fernandes e Francisco Branco, membros dos corpos docentes da Associação dos Profissionais de Serviço Social (A.P.S.S.), “a intervenção destes profissionais tem como objectivo fundamental promover o desenvolvimento de capacidades e competências sociais - sejam elas colectivas ou individuais - a três níveis:

- cognitivo, fornecendo informação aos indivíduos, incentivando a sua compreensão para o funcionamento da sociedade e orientando-os sobre a melhor forma de utilizarem os seus recursos;
- relacional, facilitando o desenvolvimento das relações interpessoais e grupais, capacitando os indivíduos para assumirem novos papéis e estimulando novas formas de comunicação e expressão;
- organizativo, promovendo a interacção entre cidadãos, organizações e outras estruturas sociais, accionando ou criando novos recursos sociais e desenvolvendo a participação e a capacidade organizativa dos indivíduos e grupos.”¹⁸

¹⁸ Versão revista e ampliada por Ernesto Fernandes e Francisco Branco, membros dos corpos sociais da A.P.S.S., em Fevereiro de 2005, com base em documento elaborado pelo I.E.F.P. e por solicitação deste organismo

A proposta de diploma da A.P.S.S. sobre o Estatuto Legal da Carreira dos Assistentes Sociais refere que “ os assistentes sociais detêm atribuições, **saberes, competências, métodos e técnicas de intervenção específicas**, decorrentes da sua qualificação académica e inerentes ao seu desempenho profissional que lhes permite conceber, planear, organizar recursos e prestar cuidados ao nível psicossocial, relacional e cultural, no sentido do desenvolvimento das condições de vida de cidadãos, de grupos e de comunidades.”¹⁹

A intervenção do profissional de serviço social é norteadada para a **promoção do desenvolvimento**, enquanto vector e condição de direitos conducentes à melhoria da qualidade de vida das populações. Deve estar centrada no factor humano, entendida a pessoa e a família como agente, sujeito e protagonista da sua vida e co-actor da vida social. A actuação deve ser pautada pelo princípio ético de garantir e zelar pelo exercício pleno dos direitos e deveres de cidadania, no respeito pela dignidade e liberdade de escolha dos utentes.

2- Contributos do Técnico de Serviço Social na área da promoção e protecção

Decorrente da Lei de Protecção de Crianças e Jovens, a acção do técnico de Serviço Social, na área da promoção e protecção, circunscreve-se aos vários domínios de intervenção, não só nas **situações de risco** (cuja acção é essencialmente de nível preventivo), mas também nas **situações de perigo**, em que se procura remover o perigo ou esbatê-lo para limites toleráveis e sustentados. Intervém nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, integrando a comissão restrita, assegurando a desejável interdisciplinaridade na apreciação e decisão dos casos. Nesta matéria, o Serviço Social foi reconhecido como saber indispensável para o diagnóstico e acompanhamento dos casos, sendo uma das áreas que tem uma presença mais duradoura na comissão.

Enquanto técnico integrado na E.M.A.T., o Técnico de Serviço Social é considerado um interveniente activo na assessoria técnica às decisões dos tribunais. Surge como um elemento chave na relação família/criança, permitindo avaliar os diferentes domínios e dimensões da intervenção. Possui um olhar técnico não só sobre as necessidades da criança, mas também sobre as competências da família e rede de apoios sociais, actuando numa perspectiva sistémica. As suas atribuições encontram-se definidas, na Lei de Protecção, competindo-lhe

¹⁹ Proposta apresentada no âmbito do **I Encontro Nacional de Assistentes Sociais** promovido pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, a 7 de Fevereiro de 2003

elaborar informação e/ou relatório social sobre a situação da criança ou jovem e do seu agregado familiar (art.108 da Lei 147/99).

Teresa Magalhães²⁰ identifica algumas das funções do assistente social, na área da promoção e protecção:

- a) Investigar e avaliar as situações de perigo;
- b) Identificar as necessidades das crianças e das famílias;
- c) Elaborar planos de intervenção que respondam às carências diagnosticadas;
- d) Criar condições de suporte psicossocial para a criança/jovem e a sua família;
- e) Apoiar o desenvolvimento do projecto de vida do menor;
- f) Monitorizar o caso, garantindo a continuidade e a coordenação das várias fases e intervenções, nomeadamente a colaboração intra-institucional, a cooperação inter-sectorial e a articulação dos serviços públicos e privados.²¹

Na avaliação diagnóstica, o técnico deve:

- a) Articular com os intervenientes/responsáveis/entidades a recolha de informações, garantindo ao aproveitamento da informação resultante de intervenções anteriores;
- b) Promover o desenvolvimento de um modelo integrado de avaliação e intervenção, procedendo, sempre que necessário, à contratualização com outras equipas e integração de planos de intervenção em curso;
- c) Dinamizar a realização de reuniões com os intervenientes para avaliação do grau de execução do Plano, com a criança, família e comunidade, numa perspectiva ecossistémica.

Compete-lhe fazer um diagnóstico eficaz da situação da família, identificando problemas e necessidades, assim como realçar as suas capacidades/potencialidades. Neste processo, deve procurar dinamizar a rede social de apoio à família, visando a sua reorganização. Deve também ajudar a fomentar a participação das famílias, como parceira activa nas decisões que envolvam a criança e a própria família. Nesta perspectiva, é fundamental respeitar o ritmo do sistema familiar, enfatizar as suas capacidades e realçar as mudanças ocorridas, intervindo com empatia e adoptando uma postura de optimismo e positivismo.

²⁰ Médica legista, doutorada em Medicina, professora catedrática e coordenadora do mestrado em Ciências Forenses da Universidade do Porto, autora da obra *Maus tratos em crianças e jovens*, 2005, 4ª Edição, Quarteto.

²¹ Magalhães, Teresa, *Maus tratos em crianças e jovens*, 2005, 4ª Edição, Quarteto, p.p. 88 a 90

A intervenção deve ser individualizada e entrar em linha de conta com as circunstâncias particulares de cada criança, assim como da sua família, devendo ser tido em conta que:

- As necessidades das crianças devem ser consideradas prioritariamente às necessidades dos pais;
- As crianças diferentes requerem competências diferentes;
- Os técnicos devem compreender e reconhecer as diferentes necessidades de pais e filhos e as diversas formas como os acontecimentos os influenciam.

Para além da intervenção directa, o Técnico de Serviço Social tem igualmente um papel fundamental como actor e participante na definição de políticas sociais e linhas estratégicas de acção, em benefício das crianças, das famílias e das instituições de acolhimento, com vista à concretização dos projectos de vida.

3- A prática reflexiva

A construção de um **manual de procedimentos** nesta área de intervenção constitui, a meu ver, um documento basilar para um melhor funcionamento das E.M.A.T.s e uma ajuda decisiva para a intervenção na assessoria técnica aos tribunais, não só porque através deste se propõe harmonizar e simplificar procedimentos e métodos de trabalho, como também se pretende agilizar e garantir um rigoroso funcionamento das Equipas Multidisciplinares de Assessoria Técnica aos Tribunais.

Uma política de intervenção, dirigida às crianças e às suas famílias, implica necessariamente respeitar o princípio da **intervenção mínima**, como fundamento assimilado na esfera da autonomia dos seus destinatários e na optimização e racionalização dos recursos humanos, evitando actuações excessivas ou sobrepostas.

Implica um trabalho de todos: profissionais de saúde, educação, serviço social e muito particularmente das famílias. É um processo que se inicia na identificação das situações, passa por um processo avaliativo feito pela família com a ajuda dos profissionais e conclui-se com a elaboração e implementação de um Plano de Intervenção. O objectivo é criar uma **rede de suporte social às famílias**, de forma a dar-lhes poder e capacitá-las para assumir o mesmo papel que qualquer família sem problemas assume na educação dos filhos.

A intervenção com as crianças é um desafio constante, pois cada caso é um caso, o que implica um ajustamento constante e estratégias diversificadas na avaliação das situações.

Intervir nesta área implica respeitar a **privacidade e confidencialidade** dos cidadãos, estar obrigado ao **sigilo profissional**, e às disposições reguladas no **Código Deontológico** aprovado pela Federação Internacional de Assistentes Sociais. A actividade profissional encontra-se vinculada à salvaguarda da dignidade humana, ao respeito pela liberdade individual, tendo por base os princípios da equidade e justiça social. Exige dos profissionais treino específico e **maturação profissional**, dados os contextos sociais de risco e as situações complexas e imprevistas.

Na intervenção, os principais problemas e dilemas dizem respeito ao envolvimento e à relação com as famílias, à dificuldade em lidar com as problemáticas destas, ao peso da responsabilidade e às divergências com as instâncias judiciais.

O trabalho exige uma prática reflexiva contínua, uma partilha de saberes entre profissionais e um trabalho em rede. Dada a complexidade desta área, a **supervisão técnica** assume especial relevância para a melhoria da intervenção.

No sistema de acolhimento institucional existente, constata-se que o princípio do **superior interesse da criança** (que é ter direito a viver numa família, após ser afastado do perigo) está longe de ser atingido. A institucionalização continua a ser uma realidade para muitas crianças, podendo até constituir a solução mais adequada, em casos transitórios ou de curta duração, visando o regresso à família, ou como projecto de vida autónoma.

Os projectos de vida das crianças e jovens acolhidos, tanto em instituições como em famílias de acolhimento, devem ser mais agilizados, observando-se grande morosidade nas decisões judiciais, nomeadamente em decretar a adoptabilidade das crianças.

O acolhimento familiar surge como uma resposta pouco significativa, não sendo qualificado nem especializado. Os lares profissionais, não obstante contemplados na legislação²², não constituem ainda uma resposta instituída. A meu ver, esta alternativa de acolhimento em contexto familiar deve ser potenciada, podendo configurar-se como resposta social especialmente útil e com inúmeras vantagens para a criança, já que privilegia o meio familiar.

Ao proteger a criança do risco do seu contexto de origem, presta-lhe os cuidados necessários facultando-lhe uma oportunidade de acesso a modos relacionais, eventualmente distintos dos vividos no seio da família biológica.

Os problemas mais frequentemente apontados ao regime de internamento são de vária ordem:

²² Decreto-lei 11/2008 de 17 de Janeiro

- A localização dos equipamentos, que costuma envolver a deslocação das crianças e o seu afastamento em relação às famílias e contextos sócio-culturais de referência;
- A coexistência de problemáticas diversas que reúnem crianças maltratadas e em situação de desprotecção social, com problemas de inadaptação, ou pré-delinquência;
- A inexistência de uma pessoa que funcione como figura tutelar responsável por um pequeno grupo de crianças, sendo os cuidados dispensados segmentados por vários profissionais.

Por sua vez, as E.M.A.T.s defrontam-se com escassos técnicos que têm nas suas mãos inúmeros processos para avaliar e acompanhar. É necessário admitir e integrar **mais técnicos**, para poderem ser verdadeiros suportes às decisões dos tribunais. Só deste modo é que poderá haver garantias de salvaguarda dos direitos fundamentais das crianças. Reconhecer e promover os direitos das crianças e suas famílias em todas as dimensões, para prevenir situações de risco, é o caminho a seguir para garantir o desenvolvimento humano consonante com os Direitos das Crianças.

4. Propostas de melhoria

O estudo veio salientar a necessidade de reforçar e qualificar o sistema de acolhimento de crianças e jovens, adequando as suas práticas às efectivas necessidades e aos direitos das crianças e jovens. Tal situação tem vindo a ser concretizada com o Plano D.O.M., surgido em 2007, através do Despacho nº 8393/2007 de 10 de Maio, que se encontra implementado em mais de 60% dos lares de infância e juventude, do Centro Distrital de Santarém e que representa uma melhoria do sistema de acolhimento, resultando numa redução do tempo de acolhimento, num aumento de adopções decretadas (uma vez que os técnicos dedicam-se de forma individualizada às crianças), e numa definição mais célere dos projectos de vida das crianças e jovens em acolhimento.

As recomendações que se seguem constituem pistas para a acção, sugeridas a partir do diagnóstico e intervenção desenvolvida na promoção e protecção de crianças e jovens. São apontados **5 eixos prioritários de intervenção**:

Eixo 1 – Focalização no sistema familiar;

Eixo 2 – Diversificação/Qualificação das respostas;

Eixo 3 – Integração/Qualificação/Formação dos intervenientes;

Eixo 4 – Articulação entre agentes;

Eixo 5 – Harmonização das intervenções.

No Eixo 1 – Focalização no sistema familiar

A abordagem deve ser individualizada e personalizada, privilegiando o envolvimento dos actores sociais locais com responsabilidades nas diferentes áreas. Deve haver um reforço de acções para desenvolverem as competências pessoais, sociais e familiares e uma intervenção no terreno, com as famílias. A transversalidade de saberes no diagnóstico e acompanhamento social é fundamental, visando estabelecer-se circuitos, “pontes” de desenvolvimento para converter vulnerabilidades em potencialidades e competências.

No Eixo 2 – Diversificação/Qualificação e Especialização das respostas:

As respostas de acolhimento devem ser de reduzida dimensão e dirigidas a grupos mistos, de género masculino e feminino para atender as fratrias.

Integrado num modelo especializado de acolhimento, importa promover a criação de apartamentos de autonomização e residências especializadas, para atender e entender jovens com problemas graves de comportamento. Os lares de infância e juventude devem ser especializados e direccionados para grupos específicos, vocacionados para a transição para a vida activa e autonomia, tendo em conta o maior predomínio de adolescentes e o aumento de jovens com problemas comportamentais e maior perturbação emocional.

Em matéria disciplinar, é necessário adequar instituições para adolescentes com condutas desviantes, muito próximos da delinquência, a funcionar em moldes muito semelhantes aos centros educativos, criando instituições de protecção mais fechadas, para impedir a fuga continuada dos jovens.

Para acompanhar todo o processo, importa implementar de forma harmonizada a gestão de vagas, centralizada em cada distrito/região autónoma, assente no princípio da não deslocalização das crianças, sempre que tal não corresponda ao seu interesse.

O acolhimento em lar residencial deve ser encarado como um recurso especializado para a protecção de crianças e jovens em perigo, portadoras de deficiência.

Devem ser encontradas soluções ao nível da educação/formação, do emprego e da habitação para que os jovens se autonomizem. Transformar equipamentos de acolhimento de menores

noutras valências, por exemplo em pólos de formação profissional,²³ poderá ser uma opção para algumas respostas de acolhimento.

Deve-se dinamizar o processo de acolhimento familiar, divulgando esta resposta, e apostar na formação e qualificação das famílias de acolhimento.

O *apadrinhamento civil* pode vir a constituir-se como uma alternativa para a criança e jovem acolhido nas instituições, para os quais a adopção não constitui solução. É uma figura jurídica situada entre a adopção e a tutela ou o acolhimento familiar.

Os *julgados da Paz* são tribunais extra-judiciais que constituem um sistema de justiça assente numa cultura de mediação. Com o incremento dos julgados de Paz, os tribunais judiciais ficariam mais libertos, tornando a justiça menos morosa, descentralizada de poder, assente num processo de mediação de conflitos e proximidade das populações.

Outra possibilidade seria *especializar os tribunais*, para dar andamento à marcha processual dos processos de promoção e protecção. Promover uma especialização dos tribunais, criar gabinetes médico-legais para comprovar e realizar perícias médico-legais e avaliar capacidades parentais e contratar técnicos dependentes deste ministério seria uma proposta de melhoria.

No Eixo 3 – Integração /Qualificação/Formação dos intervenientes:

A definição de um projecto de vida para cada criança implica a existência de equipas especializadas, para dar resposta às necessidades individuais das crianças e jovens acolhidos. Uma vez que a maioria das crianças em acolhimento são pré-adolescentes, alguns deles em pré-marginalidade, com problemas do foro psiquiátrico, as instituições têm que estar adaptadas com recursos humanos mais qualificados.

Outra necessidade é o reforço das qualificações e competências técnicas dos membros das comissões de protecção de crianças e jovens, sustentada numa acção assente na experiência e no conhecimento das situações. Devem ser igualmente reforçadas as competências das Comissões na sua comissão alargada, intervindo na prevenção das situações de risco.

Desenvolver esquemas de supervisão do trabalho das comissões e das E.M.A.T.s através de técnicos experimentados, membros da Comissão Nacional ou das coordenações regionais, tal

²³ A Oficina de S. José no Porto – instituição que acolhia jovens em risco – foi convertida e pólo de formação profissional

como acompanhar e supervisionar a actividade, através de elementos credenciados e com larga experiência em problemáticas de infância e juventude, seria uma proposta de melhoria. A supervisão permite dar segurança aos membros das C.P.C.J.s sobre o tipo de intervenção a efectuar.

Outra proposta é reforçar o papel da Segurança Social, com recursos humanos na especialidade, uma vez que é uma das entidades que está presente desde a fase do diagnóstico à fase da implementação das medidas e do seu acompanhamento.

No Eixo 4 – Articulação entre agentes:

Os serviços têm um papel fundamental de articulação e proximidade com as instâncias judiciais, pelo que é fundamental criar uma relação empática de trabalho e de complementaridade. É preciso auxiliar os tribunais a tomar as decisões, respeitando os interesses das crianças, humanizando as práticas.

Por sua vez, deve existir um maior envolvimento entre a equipa técnica das instituições, segurança social e tribunais (ministério público). Este trio deveria reunir, periodicamente, de forma a analisar as situações mais demoradas e promover propostas de resolução.

Parece pois importante avançar no sentido de estabelecer uma cooperação mais estreita entre as diferentes entidades – I.P.S.S.'s, Tribunais, C.P.C.J.'s, Segurança Social, Saúde, Educação, Emprego - e outras organizações consideradas pertinentes para a intervenção a desenvolver. Importa intervir numa lógica de resposta integrada, em equipa e articulação interinstitucional e intra-institucional, de modo a rentabilizar recursos e prevenir a duplicação de intervenções.

Respeitando a especificidade das intervenções das diferentes equipas, urge adoptar uma cultura de trabalho integrado, partilhando informação pertinente, concertando intervenções, com o objectivo último, e primeiro, de contribuir para a garantia dos direitos das crianças.

No Eixo 5 – Harmonizações das intervenções

Uma metodologia comum de planeamento, diagnóstico de intervenção, acompanhamento e avaliação, utilizada por todos os profissionais, contribuirá para uma maior eficácia e eficiência da intervenção, nos resultados alcançados com as famílias e no aproveitamento dos recursos humanos e financeiros disponíveis. Para tal importa sistematizar e harmonizar um

conjunto de orientações comuns, que orientem e sustentem as intervenções desenvolvidas pelos técnicos, para que sejam disponibilizadas idênticas possibilidades de inserção.

Uma metodologia integrada e centrada nas efectivas necessidades das crianças e famílias, consensualizada para todos os intervenientes técnicos, permitirá garantir o cumprimento de padrões de qualidade, possibilitando a avaliação e a comparabilidade, no sentido da melhoria contínua e da qualidade de intervenção.

Conhecer e caracterizar a realidade, identificar os seus constrangimentos e potencialidades e sobretudo apoiar a reflexão, mudando e traçando sugestões para o futuro, numa perspectiva de partilha e de parceria, é o caminho da intervenção nesta área. Conjugando conhecimento e sentido de responsabilidade, será possível a implementação e concretização de projectos de vida que proporcionam a realização efectiva dos Direitos fundamentais da criança e jovem, como sujeitos de direitos.

Este relatório não é mais do que um pequeno passo no grandioso projecto de proteger as crianças e jovens, avaliando a prática desenvolvida e procurando qualificar a intervenção técnica nesta área social. Outros passos se exigem...

Certamente que estas propostas de melhoria não são de fácil implementação, pois exigem consideráveis investimentos económicos e recursos humanos, bem como vontade política para a sua implantação. No entanto, penso que deve ser um projecto a seguir a médio e longo prazo, se quisermos ter uma sociedade onde impere a solidariedade pelas crianças que, sem culpa, se vêem envolvidas em seios familiares desfavorecidos.

O desafio consiste em diversificar o sistema de acolhimento, investir nos técnicos e instituições, para se adaptarem e responderem, de forma apropriada, às diferentes necessidades das crianças e jovens, para que as diferentes características das crianças e jovens se reflectam nos programas/respostas de acolhimento.

Neste processo, a implicação de todos os intervenientes é fundamental, pois só implicando cada cidadão individualmente, entidades públicas e privadas, é que se poderão criar condições que permitam aos cidadãos serem os principais agentes da inversão da sua situação de desfavorecimento.

Neste desafio, cada profissional desempenha um papel importante, procurando sempre a melhoria da qualidade das suas práticas, de modo a atingir a meta: o respeito pelos direitos das crianças.

BIBLIOGRAFIA

Alarcão, M. (2002), *(Des)Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. (2ª edição.), Coimbra: Quarteto Editora.

Constituição da República Portuguesa (1985), Coimbra, Livraria Almedina.

Eco, Umberto, (1991) *Como se faz uma tese em ciências sociais* (5º edição), Lisboa, editorial Presença.

Epifânio, Rui, (2001) *Direito de Menores*, Coimbra, Livraria Almedina.

Instituto para o Desenvolvimento Social e Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, *A Convenção sobre os Direitos da Criança*, (2000) Lisboa, Edição do IDS

Leandro, Armando, Alvarez Dora, Cordeiro, Mário e Carvalho, Ricardo, (2006) *Manual de Boas Práticas – um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*, Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P.

Magalhães, Teresa, (2002) *Maus-tratos em Crianças e Jovens* (4º edição), Coimbra, Quarteto.

Negreiros, Maria Augusta (1995) *As representações sociais da profissão de Serviço Social*, Lisboa, ISSS.

Neto, Abílio. 1997, *Código e Processo Civil Anotado*, (14ª edição actualizada), Lisboa, Ediforum, Edições Jurídicas.

Organização Tutelar de Menores (1989), Coimbra, Livraria Almedina.

Perdigão, Ana e Pinto, Ana Sotto Mayor (2009), *Guia dos Direitos da Criança* (3ª edição.). Lisboa, Instituto de Apoio à Criança, Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Ramião, Tomé D'Almeida (2006), *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo anotada e comentada*, (4º edição) Lisboa, Quid Júris, Sociedade Editora.

Sá, Eduardo (2000), *Crianças para Sempre*, Lisboa: Fim de Século.

Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento.

Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira, (1990), *Metodologia das Ciências Sociais* (4ª edição), Porto, Edições Afrontamento.

Vieira, Balbina Ottoni (1989), *Supervisão em Serviço Social*, (3ª edição), Rio de Janeiro, Agir Editora.

Artigos de Revista

Alves, Sandra (2004), “*Plano de Intervenção Imediata*”, Revista Pretextos, nº 16, p.12-13.

Branco, Francisco e Fernandes, Ernesto, (2005) “*O Serviço Social em Portugal: Trajectória e Encruzilhada*”, Lisboa (original: Branco, Francisco e Fernandes, Ernesto *Le service social au Portugal: trajectoire et enjeux*, in Jean-Pierre Deslauriers e Yves Hurtubise (dir.), *Le travail social international. Éléments de Comparaison*, Canadá, Les Presses de l’Université Laval, p.165-186).

Canhão, Ana Margarida (2007), *Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas situações de Risco e Perigo para a Infância*, Revista Pretextos, nº 28, p.10-12.

Fernandes, Ernesto, (1985) “*Evolução da Formação dos Assistentes Sociais no Instituto de Lisboa*”, Revista Intervenção Social, nº 2/3, Lisboa, ISSS, p. 123-141.

Ferreira, Jorge (1993) “*A Prática Profissional do Assistente Social numa Intervenção Não Directiva*”, Revista Intervenção Social, nº 8, Lisboa, ISSS, p. 92-111.

Martins, Alcina, (1995) “*Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*”, Revista Intervenção Social, nº 11/12, Lisboa, ISSS, p. 19-34

Negrão, Fernando (2004), *As Crianças no Coração das Políticas e das Acções* - Revista Pretextos, nº 16, p. 16-17.

Negreiros, Maria Augusta (1993) “*Estado e profissões*”, Revista Intervenção Social, nº 8, Lisboa, ISSS, p. 9-33.

Nunes, Mª Helena Vieira (1995) “*A prática de Assistentes Sociais: uma conversa heurística*”, Revista Intervenção Social, nº 11/12, Lisboa, ISSS, 1995, p. 109-121.

Passarinho, Isabel, (Maio/Agosto 2008), “*Assistente Social - Percursos e Construção Identitária*”, Sísifo, Revista de Ciências da Educação nº 6, p. 21-34.

Sequeira, M. (2002), “*Educação Parental. Um caminho para a prevenção dos maus-tratos e da institucionalização das crianças e dos jovens*”, Revista Pretextos, nº 9, pp.22-23., 2002

Rogado, Teresa (Junho 2009) “*Processos Judiciais Intervenção com crianças e jovens em perigo*”, Revista Pretextos, nº 34, pp.18-19.

Trabalhos / Publicações

Associação dos Profissionais de Serviço Social (1985) - *Código Deontológico Internacional dos Assistentes Sociais*, adaptado em Português da responsabilidade da APSS

Associação dos Profissionais de Serviço Social – APSS (2003) – *Proposta de diploma sobre o Estatuto legal da Carreira dos Assistentes Sociais*, apresentada no âmbito do I Encontro Nacional de Assistentes Sociais, promovido pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, a 7 de Fevereiro de 2003.

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2008) *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens* – Relatório Final.

Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (s/d). Guia de Recursos para Apoio ao Acompanhamento de Crianças e Jovens. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

Costa, Alfredo Bruto (1999), *Direitos Sociais e Políticas Sociais*, Módulo Profiss, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Direcção geral da Segurança Social, da Família e da Criança, (2006), *Respostas sociais – Nomenclaturas/ Conceitos*, Lisboa

Fernandes, Maria Amélia e Silva, M^a Graciete Palma (1996) - *Centro de Acolhimento para Crianças em Risco. Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento*, Lisboa, Direcção Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

Fernandes, Maria Amélia e Silva, M^a Graciete Palma (1996), *Lar para Crianças e Jovens, Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento*, Lisboa, Direcção Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

Ferreira, M. Graciete e Perdigão, M. Teresa (1972), *Caracterização da Actuação do Assistentes Sociais em Diversos Sectores de Serviço Social na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, ISSS.

Instituto da Segurança Social, I.P., Departamento de Desenvolvimento Social, (2009) *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2008*, Lisboa

Instituto da Segurança Social, I.P., Departamento de Desenvolvimento Social, (2010) *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*, Lisboa.

Leandro, Armando (2002), *A Institucionalização de Crianças: Enquadramento Legal, Modelos e Consequências. O desafio da qualidade*, conferência proferida no 1º Encontro Nacional sobre Maus-Tratos, Negligência e Risco na Infância, Maia, Novembro 2002.

Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2006), *Plano Nacional de Acção para a Inclusão*. Lisboa.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006), *Plano Nacional para a Inclusão 2006-2008 (PNAI)*, Lisboa.

Ministério da Segurança Social, Instituto da Segurança Social, *Plano Estratégico da acção social – 2004-2008 e Estratégia Nacional para a Protecção Social e a Inclusão Social 2008-2010*, Lisboa.

Núcleo Distrital de Braga da REAPN, (2006) Conclusões do Workshop “*A Criança Institucionalizada*” Braga.

Penha, Maria Teresa (1996), *Crianças em Risco*, Lisboa, Direcção Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

Penha, Maria Teresa (2000), *Crianças em Situação de Risco*, Módulo Profiss, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Publicações electrónicas

Piedade, Patrícia, (2001), *Intervenção social na evolução do sistema de protecção social das crianças e jovens em perigo em Portugal*, Universidade de Coimbra, em <http://www.cpihts.com/Patricia%20Piedade.pdf>

Martins, Paula Cristina, (2004) Tese de doutoramento em Estudos da Criança, *Protecção de Crianças e Jovens em itinerários de risco, representações sociais, modos e espaços*, Instituto de estudos da crianças, Universidade do Minho, em <http://hdl.handle.net/1822/3238>

Legislação

Lei de Protecção de Crianças e Jovens nº 147/99, de 1 de Setembro e Lei 31/2003, de 22 de Agosto

Decreto-lei 332-B/2000, de 30 de Dezembro - Regulamentação da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

Decreto-lei nº 11/2008 de 17 de Janeiro – Regulamentação da medida de Colocação – acolhimento familiar em meio natural de vida.

Decreto-lei nº 12/2008 de 17 de Janeiro – Regulamentação das medidas em meio natural de vida.

Lei nº 103/2009 de 11 de Setembro – Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil

Lei 166/99 de 14 de Setembro – Lei Tutelar Educativa

Decreto-lei nº 323-E/2000 de 20 de Dezembro – Regulamentação da Lei Tutelar Educativa

Decreto-lei 70/2000 de 4 de Maio – Protecção da maternidade e da paternidade

Despacho 8393/2007 de 234/2007 – DR 2º série nº 90, de 10 de Maio – Criação do plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças.

Sites

www.seg-social.pt

www.mtss.gov.pt

www.cnpcjr.pt

www.iacrianca.pt

www.apross.pt

ANEXOS

Anexo I

Plano de Intervenção Imediata 2008

Guião de Procedimentos

Plano de Intervenção Imediata - 2008

Guião de Procedimentos

Outubro de 2008

Índice

Enquadramento	3
Crianças e Jovens a abranger pelo PII	
01 Quem é caracterizado e quem é excluído da caracterização	5
Modelos de recolha de dados: Perfis	7
Modelos de recolha de dados: Metodologia de aplicação	9
Calendarização	10
Projectos de Vida	
01 Linhas orientadoras	11
02 Orientações de preenchimento do Modelo de recolha de dados	15

Enquadramento

Completados 5 anos de aplicação do Plano de Intervenção Imediata, e tendo em conta o facto de grande parte dos objectivos a que este Plano se propôs terem sido atingidos, mas também todos constrangimentos sentidos ao longo do seu processo de implementação, considerámos ser a altura adequada para levar a cabo um balanço face à metodologia que tem vindo a ser utilizada. O objectivo último é garantir que as expectativas depositadas neste instrumento de diagnóstico continuem a ser correspondidas, pelo que, nesta fase, importa garantir espaço para reflexão sobre novos caminhos que o potenciem.

Para que possa ser preparada uma mudança de fundo que garanta a desejável melhoria contínua deste Plano, optou-se, no ano de 2008, pela simplificação do instrumento de recolha de informação que lhe dá corpo, apostando-se nas variáveis centrais para a caracterização da evolução dos projectos de vida das crianças e jovens em situação de acolhimento, nos termos da obrigação definida pelo art.º 10.º do Capítulo V da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, bem como da sua situação jurídica.

Neste sentido, e porque será construída uma nova base de dados apenas com os dados recolhidos este ano, deixam de existir alguns dos perfis de caracterização do PII 2007, que passam a estar incluídos nos 3 agora existentes.

Crianças e Jovens a abranger pelo PII

Importa, desde já, proceder à distinção de 3 conceitos importantes:

Total crianças/jovens acolhidas	Total de crianças/jovens com perfil PII	Crianças/jovens alvo do PII, abrangidas pelo PII 2008
<p>Nº total de crianças e jovens acolhidas em instituições ou famílias de acolhimento, <u>tenham ou não perfil para serem abrangidas pelo PII.</u></p> <p>=</p> <p>Universo das crianças/jovens acolhidas</p>	<p>Nº total de crianças e jovens acolhidas em instituições ou famílias de acolhimento, <u>com perfil para serem abrangidas pelo PII</u> (ver ponto seguinte).</p> <p>=</p> <p>Universo do Grupo-Alvo do PII</p>	<p>Nº total de crianças e jovens que cada CDSS / Serviço de Segurança Social caracterizar em 2008, face ao Grupo-Alvo do PII.</p> <p>=</p> <p>Grau de Execução</p>

01 Quem é caracterizado e quem é excluído da caracterização

Respostas de Acolhimento abrangidas

- **Instituições de acolhimento:** Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude, Unidades de Emergência, Casas de Acolhimento de Emergência, Apartamentos de Autonomização, Centros de Apoio à Vida e Lares Residenciais. Este ano incluem-se também os Lares transitados do IRS - Casa da Aguieira, Tapada da Renda e Casa Alberto Souto.
- **Famílias de Acolhimento com ou sem laços de parentesco**

Crianças / jovens abrangidas

- **Crianças / jovens entre os 0 e os 21 anos:**
 - com ou sem medida de promoção e protecção aplicada;
 - com processos tutelares pendentes ainda não reclassificados como Processos de Promoção e Protecção (artigo 19º OTM);
 - com tutela atribuída a favor da instituição;
 - com situação de deficiência aliada a situação de perigo;

Crianças / jovens excluídas

- Jovens com mais de 21 anos;
- Crianças / Jovens não caracterizadas em 2007 e que tenham cessado o acolhimento em 2007;
- Crianças / Jovens cuja situação de acolhimento se encontra sujeita a sigilo (no âmbito de um processo da Polícia Judiciária ou Interpol), por detenção dos pais ou representante legal;
- Crianças / Jovens acolhidas com as mães adolescentes ou adultas em Centros de Apoio à Vida;
- Crianças / Jovens com tutela ou regulação de poder paternal em favor da família de acolhimento;
- Crianças / Jovens acolhidas em famílias de acolhimento durante a semana apenas para poderem frequentar respostas de ensino especial, dada a sua inexistência na zona de residência da família.

- Crianças / Jovens acolhidas em famílias de acolhimento com laços de parentesco, cuja medida de promoção e protecção já aplicada seja alguma das previstas em meio natural de vida.
 - Crianças / Jovens acolhidas em famílias de acolhimento com ou sem laços de parentesco, que tenham tutela ou regulação de poder paternal em favor da família de acolhimento.

Modelos de recolha de dados: Perfis

Atendendo à opção estratégica mencionada anteriormente, em 2008, procedeu-se à **subdivisão do antigo modelo 3 em 3 Perfis**, cada um deles adequado às diferentes situações das crianças / jovens. Vejamos:

Perfil 1: Criança / Jovem actualmente acolhida

Incluem-se todas as crianças e jovens que se encontram acolhidas actualmente, caracterizada ou não em PII's anteriores, **cujo início do acolhimento é anterior a 2008**.

Perfil 2: Criança / Jovem com cessação do acolhimento em 2007 / 2008

Criança / jovem que saiu da instituição / família de acolhimento para:

- » outra resposta de acolhimento FORA DO SISTEMA DE ACOLHIMENTO ABRANGIDO PELO PII: Centro Educativo / Colégio de Ensino Especial / Comunidade de Inserção;
- » meio natural de vida: Pais / Pai / Mãe / Tios / Avós / Irmãos / Pessoa / Família idónea ou tutora / casa própria / arrendada (sozinho(a), com companheiro(a) ou com amigos) / Família adoptante / adoptiva.

👉 **NOTA:** Incluem-se também neste perfil, as crianças que apesar de já terem medida em meio natural de vida aplicada, a mesma ainda não foi executada e portanto continuam acolhidas, considerando-se, no entanto, e para efeitos do PII, que cessaram o acolhimento (pois será isso que tendencialmente irá acontecer a curto prazo).

Perfil 3: Criança / Jovem actualmente acolhida, com início do acolhimento em 2008

Incluem-se todas as crianças e jovens que iniciaram o acolhimento em 2008. Devem também ser incluídas neste perfil todas as crianças e jovens que reintegraram o sistema de acolhimento em 2008, ainda que tenham estado acolhidas anteriormente.

Para efeitos de PII, devem ser incluídos em qualquer dos perfis (consoante o caso), os jovens que tenham completado os 21 anos **até 15.12.2008**.

Preenchimento do NISS

Em 2008 é, de novo, pedido o preenchimento do Número de Identificação da Segurança Social. No entanto, e tendo em conta algumas dificuldades em garantir a atribuição deste Número de Identificação a todas as crianças e jovens em situação de acolhimento, importa que seja também preenchido o código de identificação da criança que tem sido utilizado.

Modelos de recolha de dados: Metodologia de aplicação

A aplicação do PII, ainda que envolva um esforço acrescido a todos os CDist / Serviço de Segurança Social, pressupõe que se inicie a partir do 2º semestre de cada ano civil, por forma a garantir a fidedignidade necessária à caracterização das crianças e jovens e respectiva evolução face ao acolhimento e respectivos projectos de vida.

A aplicação do PII deverá iniciar-se com a realização de uma reunião de esclarecimento entre a Equipa do PII e a Equipa Técnica e Direcção da instituição ou a Equipa Técnica do acolhimento familiar.

Neste momento inicial, a Equipa do PII deverá entregar o modelo de recolha de informação (3 perfis), com as respectivas orientações para o seu preenchimento.

A aplicação do PII continua a ter como **1ª prioridade, duas acções:**

- ▶ a identificação das crianças / jovens sem medida de promoção e protecção que enquadre legalmente o seu acolhimento;
- ▶ a sinalização dessas mesmas crianças ao Ministério Público, através da elaboração e remessa de Relatório Social (Modelo 1).

Assegurada esta prioridade para as crianças e jovens acima mencionadas, deverá dar-se seguimento à implementação do PII para todas as demais crianças e jovens com perfil para serem abrangidas.

Calendarização

No âmbito do Plano de Intervenção Imediata 2008:

- ⊕ A recolha de dados do PII 2008, nas instituições e famílias de acolhimento termina em 15 de Janeiro de 2008.
- ⊕ A introdução dos dados na aplicação informática termina em 15 de Fevereiro de 2009.
- ⊕ Os dados, independentemente da data em que forem recolhidos e/ou introduzidos na aplicação, devem reportar-se à situação de cada criança ou jovem a 1 de Novembro, para que se possa garantir que a fotografia que é tirada ao universo se reporta em todos os serviços à mesma data, assegurando assim um maior rigor dos dados recolhidos, no que diz respeito à sua comparabilidade.

Projecto de Vida

Em 2008 mantém-se o entendimento definido no ano anterior no que diz respeito ao conceito de projectos de vida, pelo que se recordam as linhas orientadoras relativas ao preenchimento do modelo de recolha de informação relativamente a esta variável.

01 Linhas orientadoras

A definição do Projecto de Vida é sustentada num Plano de Intervenção definido para a criança / jovem e sua família, constituindo o resultado último da intervenção desenvolvida.

- O Plano de Intervenção vai para além das acções desenvolvidas diariamente, em contexto de acolhimento, para assegurar a protecção da criança: cuidar das suas necessidades básicas, afecto, saúde, educação, etc.
- Perspectiva a estruturação da vida da criança para além da resposta de acolhimento, operacionalizando a conhecida expressão “no primeiro dia de acolhimento deve-se preparar logo o último dia de acolhimento”. Ou seja, tão importante como acolher uma criança é pensar e planificar a forma como a sua vida se pode organizar uma vez fora da resposta de acolhimento.
- Proteger a criança de uma situação de perigo pela sua colocação numa resposta de acolhimento não significa afastar a família da vida da criança. Para além de constituir um direito básico da criança, o de manter a relação com a família, não existe a possibilidade de definir nenhum projecto de vida sem que, em algum momento, a família seja envolvida.
- Mesmo quando se conclui que o projecto de vida é a adopção, esta conclusão é sustentada em várias tentativas de envolvimento da família em várias ocasiões. Face a uma avaliação ponderada deste envolvimento e dos seus comportamentos na interacção com a criança, poderá concluir-se que o caminho mais adequado será a adopção.
- Deixam de existir, para 2008, os projectos de vida “Acolhimento em Lar de Infância e Juventude” ou “Acolhimento Familiar” ou ainda acolhimento em outra resposta

específica de acolhimento (Lar Residencial). Tal deve-se ao facto de se considerar que a colocação em respostas de acolhimento não constitui um fim em si mesmo, devendo ser encaradas como respostas temporárias, mas também pelo facto de se considerar que existe uma grande especificidade nas crianças que carecem de cuidados institucionais a longo prazo. O agora designado projecto de vida “Acolhimento Permanente” fica unicamente reservado para situações em que se identifica na criança uma necessidade de dependência de cuidados institucionais permanentes, por motivos de doença mental ou física e que, após avaliação, se conclua da inexistência de um suporte familiar. Preconiza-se, então, uma reavaliação a esta luz dos projectos de vida de Acolhimento em Lar de Infância e Juventude/ Acolhimento Familiar definidos em 2007, por forma a que, por uma indefinição dos respectivos projectos de vida, não se continue a encarar o acolhimento nestas respostas como meta da intervenção.

O que (NAO) é, então, o Projecto de Vida?

- Não é apenas uma declaração de intenções;
- Não é uma ideia remota daquilo que será o futuro da criança daqui a uns anos;
- Não é aquilo que nós queremos ou idealizamos que ela venha a ter;
- Não é uma passagem não planeada de vários e longos anos pelo acolhimento que terminará aos 18 ou 21, quando regressar à família que já não a conhece ou for viver sozinha.

Assim,

Se o Projecto de Vida...

...é o que se pretende atingir como **resultado** de uma intervenção com a criança / jovem e sua família

Se a intervenção com a criança / jovem e sua família...

...deve ser sustentada num plano de intervenção com **objectivos e acções** a desenvolver num prazo definido

Se os objectivos e acções...

...só se planeiam na base de um **diagnóstico** cuidado da situação pessoal e familiar da criança

Se o diagnóstico...

...é baseado na análise de todas as informações da criança que se recolhem de diversas fontes:

- Na observação das visitas / contactos da criança com a família
- Na articulação com a Escola / Centro de Saúde / Autarquia / com a Equipa que acompanha a família
- Nos contactos estabelecidos com a família, com ou sem a criança presente

LOGO,

Se não houve **diagnóstico** da situação

Não pode ser construído um **Plano** com objectivos e acções

Não existe **intervenção** estruturada com a criança e com a família

Não existe um **resultado**, uma meta a atingir

Não existe **Projecto de Vida**

Com base nos princípios acima, é possível delinear alguns indicadores mais específicos, das possibilidades de posicionamento da instituição/ serviço de segurança social/ CPCJ face à intervenção que desenvolve com a criança / família.

Projecto de Vida não delineado	Projecto de Vida com fraca sustentabilidade	Projecto de Vida com boa sustentabilidade
Existe uma ideia difusa sobre a “disfuncionalidade” da família, sem que tenha sido feito diagnóstico da sua situação	O diagnóstico inicial da criança / família que chega à instituição não foi actualizado / resume-se às peças processuais recebidas	É realizado um diagnóstico completo da situação da criança / família, para qual a mesma contribui, bem como todas as entidades parceiras envolvidas no processo
A família é vista como “inimiga” da criança e não existe uma relação com a mesma	Existe alguma relação entre a família e a resposta de acolhimento, mas não é estabelecida uma aliança	A família estabeleceu uma relação de confiança e proximidade com a resposta de acolhimento
<i>Inexistência de Plano de Intervenção:</i> não são dinamizadas acções individualizadas com a criança/ família	<i>Existe Plano de Intervenção,</i> mas são planeadas acções para a criança/ família sem a sua participação activa	<i>Existe Plano de Intervenção,</i> e as acções são planeadas conjuntamente com a criança/ família e correspondem a necessidades individuais
O contacto com a família não é promovido pela resposta de acolhimento	O contacto com a família é promovido mas esta não é envolvida em acções conjuntas dentro e fora da instituição	A família é envolvida em acções com a criança dentro e fora da instituição
As visitas da família não são descobertas/ avaliadas	As visitas são observadas mas sem trabalho subsequente de discussão/ avaliação	As visitas são observadas, registadas e são utilizadas para a intervenção com a família/ definição do projecto de vida
Desconhece-se quem é o gestor de caso/ entidade designada para acompanhamento da execução da medida	A articulação entre o gestor de caso e a resposta de acolhimento é pontual/ motivada pelos prazos de revisão da medida	Existem reuniões regulares entre a resposta de acolhimento e o gestor de caso para avaliação da intervenção /discussão do projecto de vida
O futuro imediato / projecto de vida é decidido sem que tenham sido prestados apoios à família	Os resultados das acções desenvolvidas são discutidos internamente, sem dar possibilidade à família de participar / justificar o seu “desempenho”	São criadas oportunidades de mudança e o projecto de vida é discutido com base nos resultados/ respostas da família aos apoios prestados

02 Orientações de preenchimento do Modelo de recolha de dados

Tendo em conta que esta reformulação do entendimento sobre os projectos de vida se irá aplicar doravante, torna-se necessário adequar a informação sobre os mesmos já existentes à aplicação de 2008.

Assumirá particular relevo a reformulação dos projectos de vida que até 2006 eram de “Acolhimento em Lar de Infância e Juventude” ou “Acolhimento Familiar”, tendo em conta o que foi referido anteriormente, ou seja, o facto de deixarem de existir estes projectos de vida. O conceito de “Acolhimento Permanente” **não substitui** aqueles de “Acolhimento em Lar de Infância e Juventude” ou “Acolhimento Familiar” uma vez que passa a ter as especificidades próprias acima definidas. Em regra geral, e caso não se identifique no imediato a existência de um plano de intervenção em curso, os anteriores projectos de vida “Acolhimento em Lar de Infância e Juventude” e “Acolhimento Familiar” passarão a corresponder ao conceito de “Sem projecto de vida delineado”.

Caso se trate de uma criança ou adolescente com menos de 15 anos para quem esteja definido que o projecto de vida alternativo ao acolhimento seja a sua autonomização futura (por ausência de outras alternativas já tentadas), **e para o qual existe já um Plano de Intervenção em curso**, o projecto de vida a assinalar deverá ser “Autonomização”. Deve contudo ter-se em conta que, nestas situações, estas duas condições (ausência de alternativa ao acolhimento e Plano de Intervenção com vista à autonomização já em curso) **têm que ser cumulativas**. Caso não existam ambas, a opção a assinalar deverá ser “Sem projecto de vida delineado”.

Votos de Bom Trabalho!

Anexo II

Ficha de Caracterização Sumária dos Projectos de Vida

Perfil 1 - Criança/Jovem actualmente acolhida

Plano de Intervenção Imediata - 2008

**Ficha de Caracterização Sumária dos
Projectos de Vida**

Perfil 1

Criança / Jovem actualmente acolhida

Nome:

Data de Nascimento:

Idade:

Sexo:

Documento de Identificação:

Nº:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Observações

(Página destacável, não disponível na aplicação informática)

A preencher pela Equipa do PII

Centro Distrital de _____
 Instituto de Acção Social dos Açores
 Centro de Segurança Social da Madeira
 Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa
 Casa Pia de Lisboa

Identificação do Serviço de Segurança Social respectivo, de acordo com a seguinte codificação:

01- CD de Aveiro	02- CD de Beja
03- CD de Braga	04- CD de Bragança
05- CD de Coimbra	06- CD de Castelo Branco
07- CD de Évora	08- CD de Faro
09- CD de Guarda	10- CD de Leiria
11- CD de Lisboa	12- CD de Portalegre
13- CD de Porto	14- CD de Santarém
15- CD de Setúbal	16- CD de Viana do Castelo
17- CD de Vila Real	18- CD de Viseu
19- Instituto de Acção Social dos Açores (1)	20- Centro de Seg. Social Madeira (1)
21- Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa (1)	22- Casa Pia de Lisboa (1)

(1) Designados de Serviços de Segurança Social

Código de identificação da criança

NISS

Deve ser preenchidos obrigatoriamente os 2 campos:

- Código de identificação da criança: número atribuído nos anos anteriores
- NISS: Caso tenha nº de Inscrição na Segurança Social atribuído

NOTA: O código de identificação da criança deve ser atribuído com as seguintes regras:

- Os 2 primeiros dígitos correspondem ao código do Serviço de Segurança Social;
- Os restantes dígitos devem ser atribuídos sequencialmente (00001, 00002, 00003...), por forma a que não exista repetição de números.

Data de preenchimento: / / (aaaa / mm / dd)

Indicação da data de preenchimento do Modelo 3, de acordo com a seguinte indicação: ano / mês / dia.

1. Identificação da criança / jovem

1.1. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

1.2. Data de Nascimento: / / (aaaa / mm / dd)
Idade: _____

- Identificação da data de nascimento da criança/jovem, de acordo com a seguinte indicação: aaaa/mm/dd.
- Identificar a idade apenas quando se desconhecer a data de nascimento.

1.3. Situação educativa

1.3.1. A criança / jovem frequenta a escola/formação profissional?

Sim ☐ Não ☐

- Indicar se a criança/jovem, para além de estar matriculada, frequenta a escola (ensino regular, recorrente, especial) ou em formação profissional

1.3.2. Nível de instrução (seleccionar apenas 1 opção):

- ☐ Não se aplica
- ☐ Sem escolaridade
- ☐ 1º ciclo do Ensino Básico
- ☐ 2º ciclo do Ensino Básico
- ☐ 3º ciclo do Ensino Básico
- ☐ Ensino secundário
- ☐ Curso Profissional nível 1
- ☐ Curso Profissional nível 2
- ☐ Curso Profissional nível 3
- ☐ Curso de formação profissional sem equivalência escolar
- ☐ Ensino Superior

Identificação do nível de instrução correspondente à frequência escolar/formação profissional concluída pela criança/jovem.

Exemplos:

- Quando uma criança se encontrar a frequentar o 3.º ano de escolaridade, por exemplo, deve seleccionar-se “1.º Ciclo do Ensino Básico”.

Curso Profissional:

Nível 1: equivalência escolar ao 6.º ano de escolaridade;

Nível 2: equivalência escolar ao 9.º ano de escolaridade;

Nível 3: equivalência escolar ao 12.º ano.

- **Não se aplica:** destina-se a crianças com menos de 5/6 anos (fora do limite inferior da idade de escolaridade obrigatória) ou portadoras de deficiência grave / de doença crónica grave / incapacitadora
- **Sem escolaridade:** Crianças/ jovens que não têm concluído nenhum nível de instrução.

2. Situação de acolhimento

2.1. Local onde se encontra actualmente (seleccionar apenas 1 opção):

☐ Unidade de Emergência

Nome: _____

☐ Casa de Acolhimento de Emergência

Nome: _____

☐ Centro de Acolhimento Temporário

Nome: _____

☐ Família de Acolhimento

Sem laços de parentesco ☐

Com laços de parentesco ☐

☐ Lar de Infância e Juventude

Nome: _____

☐ Centro de Apoio à Vida

Nome: _____

☐ Apartamento de Autonomização

Nome: _____

☐ Lar Residencial

Nome: _____

Outras respostas de acolhimento:

☐ Comunidade Terapêutica

Preencher **APENAS** no caso de se tratar de criança / jovem temporariamente ausente para tratamento especializado em Comunidade Terapêutica.

Indicação do tipo de acolhimento da criança/jovem.

- **Unidade de emergência:** incluem-se as situações de acolhimento em cama de emergência no contexto dos Lares de Infância e Juventude ou Centros de Acolhimento Temporário.

- **Casa de Acolhimento de Emergência:** pequenas unidades residenciais vocacionadas exclusivamente para o acolhimento de emergência

- **Lar Residencial:** instituições vocacionadas para o acolhimento de adultos com deficiência.

- **Apartamento de Autonomização:** pequenas unidades residenciais destinadas a jovens a partir dos 15 anos, cujo projecto de vida passa pela autonomização.

- **Centro de Apoio à Vida:** pequenas unidades residenciais destinadas a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos.

NOTA: Para as crianças/jovens em fuga, deverá ser assinalado o local onde o mesmo se encontrava antes de fugir, assinalando SIM na questão seguinte (3.2.).

2.2. Tempo de permanência no acolhimento actual:

Data de Admissão na resposta de acolhimento actual: __/__/__

Indicar a data em que se iniciou o acolhimento actual. Caso se desconheça a data exacta é possível indicar apenas o ano e/ou o mês.

Ter em conta apenas o acolhimento actual.

3. Situação jurídica

NOTA: Preencher apenas um dos grupos de questões (3.1. ou 3.2.), conforme a situação da criança / jovem

3.1. Criança / jovem com a situação jurídica regularizada

3.1.1. Medida aplicada actualmente (seleccionar apenas 1 opção)

- ☐ Acolhimento familiar
- ☐ Acolhimento em instituição
- ☐ Confiança a instituição com vista a futura adopção (artº35º, g) - LPCJP)
- ☐ Confiança judicial com vista a futura adopção, atribuída à Instituição
- ☐ Tutela ao director da instituição de acolhimento
- ☐ Regulação do exercício do Poder Paternal ao Director da Instituição

3.1.2 Existência de Processo de Promoção e Protecção?

Sim ☐ Não ☐

3.1.2.1. Se existe, qual a entidade responsável pelo Processo? (seleccionar apenas 1 opção)

- ☐ CPCJ
- ☐ Tribunal

3.2. Criança / jovem sem situação jurídica regularizada

3.2.1. Sinalização do acolhimento da criança / jovem ao Ministério Público? (*Unicamente quando não existe nenhuma medida aplicada*)

Sim ☐ Não ☐

3.2.1.1. Se SIM, assinale o ano:

- ☐ Antes de 2001
- ☐ 2001
- ☐ 2002
- ☐ 2003
- ☐ 2004
- ☐ 2005
- ☐ 2006
- ☐ 2007
- ☐ 2008

3.2.2. A criança / jovem continua acolhida, mas foi arquivado o seu Processo de Promoção e Protecção, sem ter havido lugar a aplicação de nova medida (promoção e protecção, tutelar cível ou outra)?

Sim ☐ Não ☐

4. Projecto de Vida

A *definição do Projecto de Vida é sustentada num Plano de Intervenção definido para a criança / jovem*, constituindo o resultado último da intervenção desenvolvida. Ex. Definição de plano de intervenção cuja Meta / Projecto de Vida será a (re)integração da criança / jovem na família nuclear. Caso se considere que, por exemplo, a reintegração na família nuclear seja uma possibilidade, mas se não existe ainda um plano de intervenção definido, com acções concretas planeadas ou em fase de execução, deverá seleccionar-se a opção “*Sem Projecto de Vida delineado*”.

- POR FAVOR IDENTIFIQUE A GRELHA ONDE CONSTE O PROJECTO DE VIDA QUE FOI ASSINALADO EM 2007. DEVE PREENCHER APENAS ESSA GRELHA.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
<ul style="list-style-type: none">▪ (Re)integração na família nuclear▪ (Re)integração na família alargada▪ Confiança à guarda de 3ª pessoa	<ul style="list-style-type: none">▪ Adopção	<ul style="list-style-type: none">▪ Autonomização	<ul style="list-style-type: none">▪ Acolhimento permanente (institucional / familiar)	<ul style="list-style-type: none">▪ Sem Projecto de Vida delineado

Grupo 1

4.1. Qual era o Projecto de Vida da criança / jovem em 2007?

- ☐ (Re)integração na família nuclear
- ☐ (Re)integração na família alargada
- ☐ Confiança à guarda de 3ª pessoa (Tutela / Reg. do Poder Paternal)

4.2. Qual é o Projecto de Vida actual da criança / jovem (2008)?

- ☐ Sem projecto de vida delineado
- ☐ (Re)integração na família nuclear
- ☐ (Re)integração na família alargada
- ☐ Confiança à guarda de 3ª pessoa (Tutela / Reg. do Poder Paternal)
- ☐ Adopção
- ☐ Autonomização
- ☐ Acolhimento permanente (institucional / familiar)

NOTA: Esta opção destina-se **APENAS** a situações de crianças / jovens permanentemente dependentes de cuidados institucionais, mesmo depois de atingirem a maioridade

4.3. Análise da evolução do Projecto de Vida - 2007 / 2008 *(preencher apenas 1 das colunas)*

<i>Em relação a 2007, o PV Alterou-se. Porquê? (preencha apenas 1 opção)</i>	<i>Em relação a 2007, o PV Manteve-se (por concretizar). Porquê? (preencha apenas 1 opção)</i>
<input type="checkbox"/> Plano de Intervenção c/ família por definir / executar, por constrangimentos internos <input type="checkbox"/> Plano de Intervenção c/ família por definir / executar, por constrangimentos externos <input type="checkbox"/> Plano de Intervenção c/ família definido, mas cuja execução foi interrompida <input type="checkbox"/> Plano de Intervenção c/ família executado sem sucesso <input type="checkbox"/> Decisão judicial / da CPCJ não foi consonante com o parecer da Equipa Técnica <input type="checkbox"/> Acolhimento ocorrido recentemente (menos 6 meses) <input type="checkbox"/> Fuga prolongada	<input type="checkbox"/> Aguarda decisão judicial / da CPCJ para aplicação / revisão da medida <input type="checkbox"/> Dificuldades de articulação com os serviços competentes da zona de residência da família da criança/jovem <input type="checkbox"/> Atrasos consideráveis na execução do Plano de Intervenção, devido a factores externos <input type="checkbox"/> Atrasos consideráveis na execução do Plano de Intervenção, devido a factores internos <input type="checkbox"/> Plano de Intervenção em curso

Plano de Intervenção c/ família por definir / executar, por constrangimentos internos: Por constrangimentos internos do serviço que acompanha a criança / jovem, ou da instituição de acolhimento, não existe capacidade (ao nível dos recursos humanos) para definir ou executar acções específicas junto da família com vista à reunificação.

Plano de Intervenção c/ família por definir / executar, por constrangimentos externos: Podem ser constrangimentos externos, a não adesão da família às acções previstas no plano de intervenção ou a inexistência de articulação com os serviços competentes da zona de residência da família da criança, quando esta se encontra deslocalizada geograficamente.

Plano de Intervenção c/ família definido, mas cuja execução foi interrompida: Interrupção da intervenção iniciada com a família, com vista à reunificação, por motivos como rejeição manifesta da criança / jovem pelo PV ou por falecimento / súbito desconhecimento do paradeiro da família.

Plano de Intervenção c/ família executado sem sucesso: A intervenção com a família foi desenvolvida, no entanto, não surtiu os resultados esperados que viabilizassem a reunificação familiar segura (ex. incapacidade comprovada da família, apesar dos apoios prestados / inalteração da situação de carência sócio-económica da família, apesar dos apoios prestados, etc.).

Atrasos consideráveis na execução do Plano de Intervenção, devido a factores externos: Por exemplo, alterações transitórias na situação familiar: mudança de residência, agravamento temporário da situação de saúde, situação inesperada de desemprego.

Atrasos consideráveis na execução do Plano de Intervenção, devido a factores internos: Dificuldades da Equipa responsável na execução das acções previstas, com a intensidade / frequência necessárias.

Grupo 2

4.1. Qual era o Projecto de Vida da criança / jovem em 2007?

☐ Adopção

4.2. Qual é o Projecto de Vida actual da criança / jovem (2008)?

- ☐ Sem projecto de vida delineado
- ☐ (Re)integração na família nuclear
- ☐ (Re)integração na família alargada
- ☐ Confiança à guarda de 3ª pessoa (Tutela / Reg. do Poder Paternal)
- ☐ Adopção
- ☐ Autonomização
- ☐ Acolhimento permanente (institucional / familiar)

NOTA: Esta opção destina-se **APENAS** a situações de crianças / jovens permanentemente dependentes de cuidados institucionais, mesmo depois de atingirem a maioridade

4.3. Análise da evolução do Projecto de Vida - 2007 / 2008 *(preencher apenas 1 das colunas)*

<p><i>Em relação a 2007, o PV</i> Alterou-se. Porquê? <i>(preencha apenas 1 opção)</i></p>	<p><i>Em relação a 2007, o PV</i> Manteve-se (por concretizar). Porquê? <i>(preencha apenas 1 opção)</i></p>
<p><input type="checkbox"/> Plano de Intervenção com vista à definição da situação de adoptabilidade, por definir / executar</p> <p><input type="checkbox"/> A situação dos progenitores da criança / jovem não configura as condições para a definição da situação de adoptabilidade (artº1978, Código Civil)</p> <p><input type="checkbox"/> Rejeição manifesta da criança / jovem</p> <p><input type="checkbox"/> Possibilidade inesperada de integração segura na família</p> <p><input type="checkbox"/> Decisão judicial / da CPCJ não foi consonante com o parecer da Equipa Técnica</p> <p><input type="checkbox"/> Adopção nacional e internacional inviabilizadas por ausência de candidatos, há pelo menos 3 anos (só para crianças / jovens com situação de adoptabilidade definida)</p> <p><input type="checkbox"/> Atingido o limite de idade para a adopção (só para jovens com mais de 15 anos, com situação de adoptabilidade definida)</p> <p><input type="checkbox"/> Acolhimento ocorrido recentemente (menos 6 meses)</p> <p><input type="checkbox"/> Fuga prolongada</p>	<p><input type="checkbox"/> Aguarda decisão judicial de adoptabilidade</p> <p><input type="checkbox"/> Aguarda decisão final face a recurso interposto</p> <p><input type="checkbox"/> Aguarda prestação de consentimento prévio para a adopção</p> <p><input type="checkbox"/> Não foram encontrados, até à data, candidatos que pretendam adoptar a criança / jovem (só para as crianças / jovens com situação de adoptabilidade definida)</p>

Plano de Intervenção com vista à definição da situação de adoptabilidade, por definir / executar: Por constrangimentos internos do serviço que acompanha a criança / jovem, ou da instituição de acolhimento, não foram desenvolvidas acções concretas preparatórias da situação de adoptabilidade da criança (ex. constituição de dossier individual da criança com dados / relatórios / pareceres técnicos de encaminhamento para a adopção).

Grupo 3

4.1. Qual era o Projecto de Vida da criança / jovem em 2007?

☐ Autonomização

4.2. Qual é o Projecto de Vida actual da criança / jovem (2008)?

- ☐ Sem projecto de vida delineado
- ☐ (Re)integração na família nuclear
- ☐ (Re)integração na família alargada
- ☐ Confiança à guarda de 3ª pessoa (Tutela / Reg. do Poder Paternal)
- ☐ Adopção
- ☐ Autonomização
- ☐ Acolhimento permanente (institucional / familiar)

NOTA: Esta opção destina-se **APENAS** a situações de crianças / jovens permanentemente dependentes de cuidados institucionais, mesmo depois de atingirem a maioridade

4.3. Análise da evolução do Projecto de Vida - 2007 / 2008 (preencher apenas 1 das colunas)

<i>Em relação a 2007, o PV Alterou-se. Porquê? (preencha apenas 1 opção)</i>	<i>Em relação a 2007, o PV Manteve-se (por concretizar). Porquê? (preencha apenas 1 opção)</i>
<input type="checkbox"/> Plano de Intervenção por definir / executar <input type="checkbox"/> Plano de Intervenção interrompido <input type="checkbox"/> Plano de Intervenção executado sem sucesso <input type="checkbox"/> Decisão judicial / da CPCJ não foi consonante com o parecer da Equipa Técnica <input type="checkbox"/> Acolhimento ocorrido recentemente (menos 6 meses)	<input type="checkbox"/> Aguarda decisão judicial / da CPCJ para aplicação da medida <input type="checkbox"/> Atrasos consideráveis na execução do Plano de Intervenção, devido a factores externos <input type="checkbox"/> Plano de Intervenção em curso

Plano de Intervenção por definir / executar: Por constrangimentos internos do serviço que acompanha o jovem, ou da instituição de acolhimento, não foi possível, até à data, definir ou executar acções específicas com vista à autonomização do jovem. *Incluem-se também aqui os jovens que ainda não tendo 15 anos, não existem recursos legais e logísticos disponíveis para a definição de um plano de intervenção no sentido da sua autonomização.*

Plano de Intervenção interrompido: Interrupção da intervenção iniciada com o jovem, por motivos como rejeição manifesta do mesmo pelo PV / fuga prolongada / detenção ou internamento em Centro Educativo / ou por possibilidade inesperada de integração segura na família.

Plano de Intervenção executado sem sucesso: A intervenção com o jovem foi desenvolvida, no entanto, não surtiu os resultados esperados que viabilizassem a sua autonomização (ex. não adesão do jovem às acções propostas, como por ex. a desistência de curso de formação, abandono do emprego).

Atrasos consideráveis na execução do Plano de Intervenção, devido a factores externos: Por exemplo, dificuldades de agilização dos recursos / apoios necessários ao jovem (habitação, emprego...).

Plano de Intervenção em curso: Por exemplo, o prosseguimento dos estudos / formação profissional ainda não permitem a concretização da autonomização do jovem.

Grupo 4

4.1. Qual era o Projecto de Vida da criança / jovem em 2007?

- ☐ Acolhimento permanente (institucional / familiar)

4.2. Qual é o Projecto de Vida actual da criança / jovem (2008)?

- ☐ Sem projecto de vida delineado
- ☐ (Re)integração na família nuclear
- ☐ (Re)integração na família alargada
- ☐ Confiança à guarda de 3ª pessoa (Tutela / Reg. do Poder Paternal)
- ☐ Adopção
- ☐ Autonomização
- ☐ Acolhimento permanente (institucional / familiar)

NOTA: Esta opção destina-se **APENAS** a situações de crianças / jovens permanentemente dependentes de cuidados institucionais, mesmo depois de atingirem a maioridade

4.3. Análise da evolução do Projecto de Vida - 2007 / 2008 (preencher apenas 1 das colunas)

<i>Em relação a 2007, o PV Alterou-se. Porquê? (preencha apenas 1 opção)</i>	<i>Em relação a 2007, o PV Manteve-se (por concretizar). Porquê? (preencha apenas 1 opção)</i>	<i>Em relação a 2007, o PV Concretizou-se</i>
<input type="checkbox"/> Possibilidade inesperada de integração familiar <input type="checkbox"/> A criança / jovem passou a configurar as condições para a definição da situação de adoptabilidade <input type="checkbox"/> Cessação do acolhimento determinada pela instituição, em casos de expulsão ou face à maioridade do jovem <input type="checkbox"/> Possibilidade de autonomização <input type="checkbox"/> Decisão judicial / da CPCJ não foi consonante com o parecer da Equipa Técnica <input type="checkbox"/> Acolhimento ocorrido recentemente (menos 6 meses) <input type="checkbox"/> Fuga prolongada	<input type="checkbox"/> Aguarda decisão judicial / da CPCJ para aplicação da medida <input type="checkbox"/> A aguardar integração em Lar de Infância e Juventude <input type="checkbox"/> A aguardar integração em Lar Residencial na área da deficiência <input type="checkbox"/> A aguardar integração em Família de Acolhimento	<p>Criança / jovem dependente permanente de cuidados, mesmo depois de atingir a maioridade</p> <p><input type="checkbox"/></p>

Criança / jovem dependente permanente de cuidados institucionais, mesmo depois de atingir a maioridade: Crianças / jovens, para as quais já foram esgotadas as alternativas familiares e de adopção, portadoras de deficiência / doença física ou mental.

Cessação do acolhimento determinada pela instituição: Situações eventualmente previstas no regulamento interno da instituição, mas não na Lei 147/99

Grupo 5

4.1. Qual era o Projecto de Vida da criança / jovem em 2007?

- ☐ Sem projecto de vida delineado

4.2. Qual é o Projecto de Vida actual da criança / jovem (2008)?

- ☐ Sem projecto de vida delineado

NOTA: Se assinalou a opção “Sem projecto de vida delineado”, deve preencher a questão 4.3.

- ☐ (Re)integração na família nuclear
☐ (Re)integração na família alargada
☐ Confiança à guarda de 3ª pessoa (Tutela / Reg. do Poder Paternal)
☐ Adopção
☐ Autonomização
☐ Acolhimento permanente (institucional / familiar)

NOTA: Esta opção destina-se **APENAS** a situações de crianças / jovens permanentemente dependentes de cuidados institucionais, mesmo depois de atingirem a maioridade

4.3 Justificação da opção “Sem projecto de vida delineado” (seleccionar apenas 1 opção, dentro de um único grupo de questões: 4.3.1 OU 4.3.2 OU 4.3.3):

4.3.1 Diagnóstico da situação sócio-familiar da criança / jovem por realizar / finalizar, devido a:

- ☐ Acolhimento ocorrido recentemente (menos 6 meses)
☐ Fuga prolongada
☐ Inexistência de Equipa Técnica na instituição
☐ Dimensionamento insuficiente da Equipa Técnica da instituição, face ao número de crianças acolhidas
☐ Dimensionamento insuficiente da Equipa Técnica que acompanha a execução da medida de promoção e protecção
☐ Dificuldades de articulação entre a Equipa Técnica da instituição e a Equipa Técnica que acompanha a execução da medida de promoção e protecção

4.3.2 Diagnóstico da situação efectuado, mas sem definição ou concretização de um plano de intervenção, devido a:

- ☐ Acolhimento ocorrido recentemente (menos 6 meses)
☐ Fuga prolongada
☐ Inexistência de Equipa Técnica na instituição
☐ Dimensionamento insuficiente da Equipa Técnica da instituição, face ao número de crianças acolhidas
☐ Dimensionamento insuficiente da Equipa Técnica que acompanha a execução da medida de promoção e protecção
☐ Dificuldades de articulação entre a Equipa Técnica da instituição e a Equipa Técnica que acompanha a execução da medida de promoção e protecção

4.3.3 Diagnóstico da situação efectuado e plano(s) de Intervenção concretizado(s) sem sucesso:

- ☐ Fuga prolongada
☐ Alteração recente do Projecto de Vida, sem que tenha havido nova definição
☐ Criança / Jovem cujas alternativas familiares ou de adopção estão esgotadas, mas cuja idade (menos 15 anos) não permite delinear, a curto / médio prazo, um plano de intervenção para a sua autonomização

Data: ____/____/ 2008

O responsável da Instituição de
Acolhimento / Acolhimento Familiar
Assinatura:

Nome legível:

Contacto:

O Técnico da CPCJ / EMAT / ECJ

O Técnico do PII
Assinatura:

Nome legível:

Contacto

Anexo III

Ficha de Caracterização Sumária dos Projectos de Vida
Perfil 2 - Criança/Jovem com cessação do acolhimento em 2007/2008

Plano de Intervenção Imediata - 2008

**Ficha de Caracterização Sumária dos
Projectos de Vida**

Perfil 2

**Criança / Jovem com cessação do acolhimento em
2007 / 2008**

Nome:

Data de Nascimento:

Idade:

Sexo:

Documento de Identificação:

Nº:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Observações

(Página destacável, não disponível na aplicação informática)

A preencher pela Equipa do PII

Centro Distrital de _____
 Instituto de Acção Social dos Açores
 Centro de Segurança Social da Madeira
 Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa
 Casa Pia de Lisboa

Identificação do Serviço de Segurança Social respectivo, de acordo com a seguinte codificação:

01- CD de Aveiro	02- CD de Beja
03- CD de Braga	04- CD de Bragança
05- CD de Coimbra	06- CD de Castelo Branco
07- CD de Évora	08- CD de Faro
09- CD de Guarda	10- CD de Leiria
11- CD de Lisboa	12- CD de Portalegre
13- CD de Porto	14- CD de Santarém
15- CD de Setúbal	16- CD de Viana do Castelo
17- CD de Vila Real	18- CD de Viseu
19- Instituto de Acção Social dos Açores (1)	20- Centro de Seg. Social Madeira (1)
21- Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa (1)	22- Casa Pia de Lisboa (1)

(1) Designados de Serviços de Segurança Social

Código de identificação da criança
 NISS

Deve ser preenchidos obrigatoriamente os 2 campos:

- Código de identificação da criança: número atribuído nos anos anteriores
- NISS: Caso tenha nº de Inscrição na Segurança Social atribuído

NOTA: O código de identificação da criança deve ser atribuído com as seguintes regras:

- Os 2 primeiros dígitos correspondem ao código do Serviço de Segurança Social;
- Os restantes dígitos devem ser atribuídos sequencialmente (00001, 00002, 00003...), por forma a que não exista repetição de números.

1. Identificação da criança / jovem

1.1. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

1.2. Data de Nascimento: / / (aaaa / mm / dd)
Idade: _____

- Identificação da data de nascimento da criança/jovem, de acordo com a seguinte indicação: aaaa/mm/dd.
- Identificar a idade apenas quando se desconhecer a data de nascimento.

1.3. Situação educativa

1.3.1. A criança / jovem frequenta a escola/formação profissional?

Sim ☐ Não ☐

- Indicar se a criança/jovem, para além de estar matriculada, frequenta a escola (ensino regular, recorrente, especial) ou em formação profissional

1.3.2. Nível de instrução (seleccionar apenas 1 opção):

- ☐ Não se aplica
- ☐ Sem escolaridade
- ☐ 1º ciclo do Ensino Básico
- ☐ 2º ciclo do Ensino Básico
- ☐ 3º ciclo do Ensino Básico
- ☐ Ensino secundário
- ☐ Curso Profissional nível 1
- ☐ Curso Profissional nível 2
- ☐ Curso Profissional nível 3
- ☐ Curso de formação profissional sem equivalência escolar
- ☐ Ensino Superior

Identificação do nível de instrução correspondente à frequência escolar/formação profissional concluída pela criança/jovem.

Exemplos:

- Quando uma criança se encontrar a frequentar o 3.º ano de escolaridade, por exemplo, deve seleccionar-se “1.º Ciclo do Ensino Básico”.

Curso Profissional:

Nível 1: equivalência escolar ao 6.º ano de escolaridade;

Nível 2: equivalência escolar ao 9.º ano de escolaridade;

Nível 3: equivalência escolar ao 12.º ano.

- **Não se aplica:** destina-se a crianças com menos de 5/6 anos (fora do limite inferior da idade de escolaridade obrigatória) ou portadoras de deficiência grave / de doença crónica grave / incapacitadora

- **Sem escolaridade:** Crianças/ jovens que não têm concluído nenhum nível de instrução.

2. Situação de acolhimento

2.1. Local onde se encontrava acolhido, antes da saída (seleccionar apenas 1 opção):

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Unidade de Emergência | Nome: _____ |
| <input type="checkbox"/> Casa de Acolhimento de Emergência | Nome: _____ |
| <input type="checkbox"/> Centro de Acolhimento Temporário | Nome: _____ |
| <input type="checkbox"/> Família de Acolhimento | Sem laços de parentesco <input type="checkbox"/>
Com laços de parentesco <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> Lar de Infância e Juventude | Nome: _____ |
| <input type="checkbox"/> Centro de Apoio à Vida | Nome: _____ |
| <input type="checkbox"/> Apartamento de Autonomização | Nome: _____ |
| <input type="checkbox"/> Lar Residencial | Nome: _____ |

Indicação do tipo de acolhimento da criança/jovem.

- **Unidade de emergência:** incluem-se as situações de acolhimento em cama de emergência no contexto dos Lares de Infância e Juventude ou Centros de Acolhimento Temporário.
- **Casa de Acolhimento de Emergência:** pequenas unidades residenciais vocacionadas exclusivamente para o acolhimento de emergência
- **Lar Residencial:** instituições vocacionadas para o acolhimento de adultos com deficiência.
- **Apartamento de Autonomização:** pequenas unidades residenciais destinadas a jovens a partir dos 15 anos, cujo projecto de vida passa pela autonomização.
- **Centro de Apoio à Vida:** pequenas unidades residenciais destinadas a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos.

2.2. Tempo de permanência no último acolhimento:

Data de Admissão na resposta de acolhimento: __/__/__

Indicar a data em que se iniciou o último acolhimento. Caso se desconheça a data exacta é possível indicar apenas o ano e/ou o mês.
Ter em conta **apenas o último acolhimento**.

3. Situação actual

3.1. Local para onde saiu (seleccionar apenas 1 opção):

Outras respostas de acolhimento:

- ☐ Centro Educativo
- ☐ Colégio de Ensino Especial
- ☐ Comunidade de Inserção
- ☐ Comunidade Terapêutica
- ☐ Casa Abrigo
- ☐ Lar Residencial

Meio natural de vida:

- ☐ Pais / Pai / Mãe
- ☐ Tios / Avós / Irmãos
- ☐ Pessoa / Família idónea ou tutora
- ☐ Casa própria / arrendada (sozinho(a), com companheiro(a) ou com amigos)
- ☐ Família adoptante
- ☐ Local desconhecido

- **Comunidade de Inserção:** Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social: mães solteiras, ex-reclusos, sem abrigo.

- **Comunidade Terapêutica:** Unidades Especializadas que prestam cuidados a toxicodependentes que necessitam de internamento prolongado com apoio psicoterapêutico e socioterapêutico.

- **Casa Abrigo:** Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

- **Local desconhecido:** só se aplica às situações em que o jovem é expulso ou sai voluntariamente (a partir dos 18 anos) da instituição / família de acolhimento, sem informar o seu destino.

4. Situação jurídica

4.1. A criança / jovem saiu de acolhimento com a situação jurídica regularizada?

Sim ☐

4.1.1. Se SIM, qual a medida aplicada? (seleccionar apenas 1 opção)

- ☐ Apoio junto dos pais
- ☐ Apoio junto de outro familiar
- ☐ Confiança a pessoa idónea
- ☐ Apoio para a autonomia de vida
- ☐ Confiança a pessoa seleccionada para a adopção (artº35º, g) - LPCJP)
- ☐ Tutela a pessoa
- ☐ Regulação do exercício do Poder Paternal
- ☐ Confiança judicial / administrativa com vista a futura adopção
- ☐ Medida tutelar educativa

Não ☐

4.1.2. A criança/jovem, durante o acolhimento, tinha a situação jurídica regularizada?

Sim ☐ Não ☐

5. Projecto de Vida

5.1. Qual era o Projecto de Vida da criança / jovem em 2007?

- ☐ Sem projecto de vida delineado
- ☐ (Re)integração na família nuclear
- ☐ (Re)integração na família alargada
- ☐ Confiança à guarda de 3ª pessoa (Tutela / Reg. do Poder Paternal)
- ☐ Adopção
- ☐ Autonomização
- ☐ Acolhimento permanente (institucional / familiar)

Data: ____/____/ 2008

O responsável da Instituição de
Acolhimento / Acolhimento Familiar
Assinatura:

Nome legível:

Contacto:

O Técnico da CPCJ / EMAT / ECJ

O Técnico do PII
Assinatura:

Nome legível:

Contacto

Anexo IV

Ficha de Caracterização Sumária dos Projectos de Vida
Perfil 3 - Criança/Jovem com início do acolhimento em 2008

Plano de Intervenção Imediata - 2008

**Ficha de Caracterização Sumária dos
Projectos de Vida**

Perfil 3

Criança / Jovem actualmente acolhida

Com início do acolhimento em 2008

Nome:

Data de Nascimento:

Idade:

Sexo:

Documento de Identificação:

Nº:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Observações

(Página destacável, não disponível na aplicação informática)

A preencher pela Equipa do PII

Centro Distrital de _____
Instituto de Acção Social dos Açores
Centro de Segurança Social da Madeira
Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa
Casa Pia de Lisboa

Identificação do Serviço de Segurança Social respectivo, de acordo com a seguinte codificação:

01- CD de Aveiro	02- CD de Beja
03- CD de Braga	04- CD de Bragança
05- CD de Coimbra	06- CD de Castelo Branco
07- CD de Évora	08- CD de Faro
09- CD de Guarda	10- CD de Leiria
11- CD de Lisboa	12- CD de Portalegre
13- CD de Porto	14- CD de Santarém
15- CD de Setúbal	16- CD de Viana do Castelo
17- CD de Vila Real	18- CD de Viseu
19- Instituto de Acção Social dos Açores (1)	20- Centro de Seg. Social Madeira (1)
21- Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa (1)	22- Casa Pia de Lisboa (1)

(1) Designados de Serviços de Segurança Social

Código de identificação da criança

NISS

Deve ser preenchidos obrigatoriamente os 2 campos:

- Código de identificação da criança: número atribuído nos anos anteriores
- NISS: Caso tenha nº de Inscrição na Segurança Social atribuído

NOTA: O código de identificação da criança deve ser atribuído com as seguintes regras:

- Os 2 primeiros dígitos correspondem ao código do Serviço de Segurança Social;
- Os restantes dígitos devem ser atribuídos sequencialmente (00001, 00002, 00003...), por forma a que não exista repetição de números.

1. Identificação da criança / jovem

1.1. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

1.2. Data de Nascimento: // (aaaa / mm / dd)
Idade: _____

- Identificação da data de nascimento da criança/jovem, de acordo com a seguinte indicação: aaaa/mm/dd.
- Identificar a idade apenas quando se desconhecer a data de nascimento.

1.3. Situação educativa

1.3.1. A criança / jovem frequenta a escola/formação profissional?

Sim ☐ Não ☐

- Indicar se a criança/jovem, para além de estar matriculada, frequenta a escola (ensino regular, recorrente, especial) ou em formação profissional

1.3.2. Nível de instrução (seleccionar apenas 1 opção):

- ☐ Não se aplica
- ☐ Sem escolaridade
- ☐ 1º ciclo do Ensino Básico
- ☐ 2º ciclo do Ensino Básico
- ☐ 3º ciclo do Ensino Básico
- ☐ Ensino secundário
- ☐ Curso Profissional nível 1
- ☐ Curso Profissional nível 2
- ☐ Curso Profissional nível 3
- ☐ Curso de formação profissional sem equivalência escolar
- ☐ Ensino Superior

Identificação do nível de instrução correspondente à frequência escolar/formação profissional concluída pela criança/jovem.

Exemplos:

- Quando uma criança se encontrar a frequentar o 3.º ano de escolaridade, por exemplo, deve seleccionar-se “1.º Ciclo do Ensino Básico”.

Curso Profissional:

Nível 1: equivalência escolar ao 6.º ano de escolaridade;

Nível 2: equivalência escolar ao 9.º ano de escolaridade;

Nível 3: equivalência escolar ao 12.º ano.

- **Não se aplica:** destina-se a crianças com menos de 5/6 anos (fora do limite inferior da idade de escolaridade obrigatória) ou portadoras de deficiência grave / de doença crónica grave / incapacitadora
- **Sem escolaridade:** Crianças/ jovens que não têm concluído nenhum nível de instrução.

2. Situação de acolhimento

2.1. Local onde se encontra actualmente (seleccionar apenas 1 opção):

☐ Unidade de Emergência

Nome: _____

☐ Casa de Acolhimento de Emergência

Nome: _____

☐ Centro de Acolhimento Temporário

Nome: _____

☐ Família de Acolhimento

Sem laços de parentesco ☐

Com laços de parentesco ☐

☐ Lar de Infância e Juventude

Nome: _____

☐ Centro de Apoio à Vida

Nome: _____

☐ Apartamento de Autonomização

Nome: _____

☐ Lar Residencial

Nome: _____

Outras respostas de acolhimento:

☐ Comunidade Terapêutica

Preencher APENAS no caso de se tratar de criança / jovem temporariamente ausente para tratamento especializado em Comunidade Terapêutica.

Indicação do tipo de acolhimento da criança/jovem.

- **Unidade de emergência:** incluem-se as situações de acolhimento em cama de emergência no contexto dos Lares de Infância e Juventude ou Centros de Acolhimento Temporário.

- **Casa de Acolhimento de Emergência:** pequenas unidades residenciais vocacionadas exclusivamente para o acolhimento de emergência

- **Lar Residencial:** instituições vocacionadas para o acolhimento de adultos com deficiência.

- **Apartamento de Autonomização:** pequenas unidades residenciais destinadas a jovens a partir dos 15 anos, cujo projecto de vida passa pela autonomização.

- **Centro de Apoio à Vida:** pequenas unidades residenciais destinadas a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos.

NOTA: Para as crianças/jovens em fuga, deverá ser assinalado o local onde o mesmo se encontrava antes de fugir,

2.2. Tempo de permanência no acolhimento actual:

Data de Admissão na resposta de acolhimento actual: __/__/__

Indicar a data em que se iniciou o acolhimento actual. Caso se desconheça a data exacta é possível indicar apenas o ano e/ou o mês.

Ter em conta apenas o acolhimento actual.

3. Situação jurídica

NOTA: Preencher apenas um dos grupos de questões (3.1. ou 3.2.), conforme a situação da criança / jovem

3.1. Criança / jovem com a situação jurídica regularizada

3.1.1. Medida aplicada actualmente (seleccionar apenas 1 opção)

- ☐ Acolhimento familiar
- ☐ Acolhimento em instituição
- ☐ Confiança a instituição com vista a futura adopção (artº35º, g) - LPCJP)
- ☐ Confiança judicial com vista a futura adopção, atribuída à Instituição
- ☐ Tutela ao director da instituição de acolhimento
- ☐ Regulação do exercício do Poder Paternal ao Director da Instituição

3.1.2 Existência de Processo de Promoção e Protecção?

Sim ☐ Não ☐

3.1.2.1. Se existe, qual a entidade responsável pelo Processo? (seleccionar apenas 1 opção)

- ☐ CPCJ
- ☐ Tribunal

3.2. Criança / jovem sem situação jurídica regularizada

3.2.1. Sinalização do acolhimento da criança / jovem ao Ministério Público? (*Unicamente quando não existe nenhuma medida aplicada*)

Sim ☐ Não ☐

3.2.1.1. Se SIM, assinale o ano:

- ☐ Antes de 2001
- ☐ 2001
- ☐ 2002
- ☐ 2003
- ☐ 2004
- ☐ 2005
- ☐ 2006
- ☐ 2007
- ☐ 2008

3.2.2. A criança / jovem continua acolhida, mas foi arquivado o seu Processo de Promoção e Protecção, sem ter havido lugar a aplicação de nova medida (promoção e protecção, tutelar cível ou outra)?

Sim ☐ Não ☐

4. Projecto de Vida

A *definição do Projecto de Vida é sustentada num Plano de Intervenção definido para a criança / jovem*, constituindo o resultado último da intervenção desenvolvida. **Ex.** Definição de plano de intervenção cuja Meta / Projecto de Vida será a (re)integração da criança / jovem na família nuclear. Caso se considere que, por exemplo, a reintegração na família nuclear seja uma possibilidade, mas se não existe ainda um plano de intervenção definido, com acções concretas planeadas ou em fase de execução, deverá seleccionar-se a opção “*Sem Projecto de Vida delineado*”.

4.1. Qual o Projecto de Vida actual da criança / jovem (2008)?

☐ Sem projecto de vida delineado

NOTA: Se assinalou a opção “Sem projecto de vida delineado”, deve preencher a questão 4.1.1.

☐ (Re)integração na família nuclear

☐ (Re)integração na família alargada

☐ Confiança à guarda de 3ª pessoa (Tutela / Reg. do Poder Paternal/ Pessoa idónea)

☐ Adopção

☐ Autonomização

☐ Acolhimento permanente (institucional / familiar)

NOTA: Esta opção destina-se **APENAS** a situações de crianças / jovens permanentemente dependentes de cuidados institucionais, mesmo depois de atingirem a maioridade

4.1.1. Justificação da opção “Sem projecto de vida delineado” (seleccionar apenas 1 opção, dentro de um único grupo de questões: 4.1.1.1 OU 4.1.1.2 OU 4.1.1.3):

4.1.1.1 Diagnóstico da situação sócio-familiar da criança / jovem por realizar / finalizar, devido a:

☐ Acolhimento ocorrido recentemente (menos 6 meses)

☐ Fuga prolongada

☐ Inexistência de Equipa Técnica na instituição

☐ Dimensionamento insuficiente da Equipa Técnica da instituição, face ao número de crianças acolhidas

☐ Dimensionamento insuficiente da Equipa Técnica que acompanha a execução da medida de promoção e protecção

☐ Dificuldades de articulação entre a Equipa Técnica da instituição e a Equipa Técnica que acompanha a execução da medida de promoção e protecção

4.1.1.2 Diagnóstico da situação efectuado, mas sem definição ou concretização de um plano de intervenção, devido a:

☐ Acolhimento ocorrido recentemente (menos 6 meses)

☐ Fuga prolongada

☐ Inexistência de Equipa Técnica na instituição

☐ Dimensionamento insuficiente da Equipa Técnica da instituição, face ao número de crianças acolhidas

☐ Dimensionamento insuficiente da Equipa Técnica que acompanha a execução da medida de promoção e protecção

☐ Dificuldades de articulação entre a Equipa Técnica da instituição e a Equipa Técnica que acompanha a execução da medida de promoção e protecção

4.1.1.3 Diagnóstico da situação efectuado e plano(s) de Intervenção concretizado(s) sem sucesso:

☐ Fuga prolongada

☐ Alteração recente do Projecto de Vida, sem que tenha havido nova definição

☐ Criança / Jovem cujas alternativas familiares ou de adopção estão esgotadas, mas cuja idade (menos 15 anos) não permite delinear, a curto / médio prazo, um plano de intervenção para a sua autonomização

Data: ____/____/ 2008

O responsável da Instituição de
Acolhimento / Acolhimento Familiar
Assinatura:

Nome legível:

Contacto:

O Técnico da CPCJ / EMAT / ECJ

O Técnico do PII
Assinatura:

Nome legível:

Contacto
